

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GILBERTO JESUS DE TOLEDO JUNIOR

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

FLORIANÓPOLIS
2012

GILBERTO JESUS DE TOLEDO JUNIOR

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^o. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento

**FLORIANÓPOLIS
2012**

GILBERTO JESUS DE TOLEDO JUNIOR

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento

Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Profª. Drª. Helenara Silveira Fagundes

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina
Primeira Examinadora

Profª. Drª. Simone Sobral Sampaio

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina
Segunda Examinadora

**FLORIANÓPOLIS
2012**

AGRADECIMENTOS

O processo de aprendizagem nem sempre é fácil. Temos que passar por muitas provas e preocupações, superar constantemente limites que, em certos momentos consideramos intransponíveis. Porém, a trajetória acadêmica me proporcionou um aprendizado que vai além da esfera profissional, um aprendizado político, uma lição de vida!

Neste percurso nunca estive sozinho, muitos companheiros estavam comigo, e a eles e elas, colegas de curso, agradeço profundamente por todos os momentos de descontração e seriedade, pelos momentos de apoio e solidariedade.

Agradeço a todos os professores que tive durante o curso, que se dedicam a proporcionar um dos maiores bens que um ser humano pode ter: a sabedoria!

Agradeço aos colegas do GEPSS que, sem dúvida, me proporcionaram os momentos de maior aprendizado durante este tempo de graduação, sem contar os lanchinhos maravilhosos!

Agradeço especialmente ao professor Helder pela atenção, paciência e compreensão, desde os momentos iniciais da pesquisa até a finalização deste trabalho. Sem o qual, certamente, seria quase impossível concluir este trabalho.

Agradeço a toda minha família, que me apoiou mesmo sabendo da distância que existe entre Socorro, interior de São Paulo, e Florianópolis; mesmo sabendo das dificuldades que teríamos para nos ver. Sou grato por entenderem a minha ausência, por suportarem o fato do filho relapso não ligar sempre, nem dar notícias. Sou grato por demonstrarem o orgulho de ver o primeiro membro da família cursar uma Universidade Federal. Agradeço a Fátima, mãe amiga, com quem sempre pude contar; a meu pai Gilberto que se esforçou para me ensinar o que é a vida; as minhas irmãs Daiana, Camila, Shirley, e meu irmão Fábio, por “segurarem as pontas” quando eu me fiz ausente.

Agradeço ao Félix, que sempre me surpreende com seu carinho, sempre apronta algo e não deixa a vida monótona.

Agradeço aos muito mais que amigos André e Carol, que me apresentaram a pessoa mais fascinante que pude conhecer, o grande amor da minha vida, e com isso me proporcionaram uma nova família, que me aceitou tão bem. Em especial ao muito mais que sogro, um saudoso amigo, Elton que me confiou cuidar do que lhe era mais precioso.

Por fim, agradeço a minha esposa Karina, mulher/menina, amorosa e de personalidade forte, que ama a família mais que tudo na vida. Que me proporcionou chegar até aqui, que me aguenta todos os dias, que me suportou durante estes meses tão desgastantes, que me motiva e

faz cada dia valer a pena. Sou grato por ter o privilégio de poder estar a seu lado todos os dias e por ser seu amigo, amante e companheiro. Sou extremamente feliz por tê-la comigo em todos os momentos mais importantes destes últimos seis anos e meio, pelos momentos bons e ruins que constroem e fortificam nossa relação.

Bella ciao¹

Alla mattina appena alzata, o bella ciao, bella ciao
Bella ciao ciao ciao, alla mattina appena alzata,
devo andare a lavorar!
A lavorare laggiù in risaia, o bella ciao, bella ciao
Bella ciao ciao ciao! A lavorare laggiù in risaia
Sotto il sol che picchia giù!
E tra gli insetti e le zanzare, o bella ciao, bella ciao
Bella ciao ciao ciao, e tra gli insetti e le zanzare,
duro lavoro mi tocca far!
Il capo in piedi col suo bastone, o bella ciao, bella ciao
Bella ciao ciao ciao, il capo in piedi col suo bastone
E noi curve a lavorar!
Lavoro infame, per pochi soldi, o bella ciao bella ciao
Bella ciao ciao ciao, lavoro infame per pochi soldi
E la tua vita a consumar!
Ma verrà il giorno che tutte quante o bella ciao, bella ciao
Bella ciao ciao ciao, ma verrà il giorno che tutte quante
Lavoreremo in libertà!

(Autor desconhecido. Canção popular italiana,
provavelmente composta no fim do século XIX)

¹ Na sua origem teria sido um canto de trabalho das *mondine*, trabalhadoras rurais temporárias, em geral provenientes da Emilia Romagna e do Vêneto, que se deslocavam sazonalmente para as plantações de arroz da planície Padana. Mais tarde, a mesma melodia foi a base para uma canção de protesto contra a Primeira Guerra Mundial. Finalmente, a mesma melodia foi usada para a canção que se tornou um símbolo da resistência italiana, durante a Segunda Guerra Mundial.

RESUMO

TOLEDO JR., Gilberto Jesus. **Produção do Conhecimento:** uma análise da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção do conhecimento dos discentes da Pós-Graduação em Serviço Social em nível de mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGSS/UFSC. Traçamos um breve olhar sobre a pós-graduação brasileira e a pós-graduação no Serviço Social, apontando dois condicionantes que influenciam profundamente a produção do conhecimento brasileiro: O Plano Nacional de Pós-Graduação e a Avaliação da Pós-Graduação; ambos realizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e que demonstram a qual projeto societário serve a Educação Superior Brasileira. O texto ainda apresenta uma leitura dos dados sobre a produção do conhecimento na PPGSS/UFSC. Estes dados são fruto da pesquisa realizada no Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social – GEPSS², tomando como objeto de análise as dissertações de mestrado e os currículos Lattes dos discentes formados entre os anos de 2003 e 2010. Tomaremos como referência para analisar os dados os critérios de avaliação da CAPES³, não para enaltecê-los, mas para criarmos subsídio para a crítica.

Palavras chave: produção do conhecimento, Pós-Graduação em Serviço Social, Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG, Avaliação CAPES.

² O GEPSS é vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem como centralidade investigativa o próprio Serviço Social, dedicando-se especialmente a processos de estudos e investigação, que preocupam-se com a formação profissional e o exercício profissional do(a) Assistente Social. (www.gepssufsc.blogspot.com.br).

³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, responsável, dentre outras coisas, pela avaliação dos programas de Pós-Graduação brasileiros.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 01-	Evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação: Número de cursos ...	21
Quadro 02-	Distribuição das Bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em 2008	23
Quadro 03 -	Número de cursos de pós-graduação de 1979 a 2010	33
Quadro 04-	Número de Programas de Pós-Graduação no Brasil por 100 mil habitantes	35
Quadro 05-	Relação de discentes vinculados a cada linha de pesquisa, segundo o ano de entrada no Programa	45
Quadro 06-	Tempo médio de defesa por Linha de Pesquisa (2001-2008)	46
Quadro 07-	Tempo médio de titulação por ano de entrada no Mestrado	47
Quadro 08-	Tempo médio de defesa por ano de entrada no Mestrado dos que dispuseram de bolsa	48
Quadro 09-	Tempo médio de defesa por ano de entrada no Mestrado dos que não dispuseram de bolsa	49
Quadro 10-	Tempo de permanência do orientador, com base nas dissertações (2001-2008)	51
Quadro 11-	Média aritmética do volume de orientações (2001-2008)	52
Quadro 12-	Dados gerais da relação docente/orientação(2001-2008)	53
Quadro 13-	Total das publicações por ano de egresso no Mestrado	55
Quadro 14-	Distribuição dos periódicos para publicação do Serviço Social, segundo o estrato Qualis	56
Quadro 15-	Publicações em co-autoria	58
Quadro 16	Publicações no período de titulação e após titulação	58
Quadro 17	Total das publicações, segundo o orientador	60
 Gráfico 01-	 Relação de bolsa (2001-2008)	 48
Gráfico 02-	Número de orientações docente (2001-2008)	50

Gráfico 03-	Divisão da produção intelectual dos discentes que ingressaram no PPGSS/UFSC de 2001 a 2008	54
--------------------	--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS	-	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	-	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ANDES-SN-		Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPG	-	Associação Nacional de Pós-Graduandos
BIRD	-	Banco Mundial
BNDS	-	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	-	Constituição Federal
CFE	-	Conselho Federal de Educação
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
CNPq	-	Conselho Nacional de Pesquisa
FAPs	-	Fundações e Entidades de Amparo à Pesquisa
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
FSSSC	-	Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina
GEPSS	-	Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	-	Ministério da Educação
PBDCT	-	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PICD	-	Programa Institucional de Capacitação Docente

PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPG	- Plano Nacional de Pós-Graduação
PPGSS/UFSC-	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em nível de mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina
REUNI	- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SNPG	- Sistema Nacional de Pós-Graduação
TDS	- Tecnologia de Desenvolvimento Social
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A PÓS-GRADUAÇÃO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	15
2.1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: O PERÍODO ANTERIOR A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.	15
2.2 A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....	17
2.3 A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFSC	24
3. ALGUNS DETERMINANTES À PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	27
3.1 PLANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: A INTENÇÃO ESCANCARADA.....	27
3.2 AVALIAÇÃO CAPES	38
4. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	43
4.1 UM PANORAMA DAS DISSERTAÇÕES.....	43
4.1.1 Linhas de Pesquisa.....	44
4.1.2 Tempo para titulação	45
4.1.3 Relação de bolsa.....	47
4.1.4 Orientadores.....	49
4.2 PANORAMA DA PUBLICAÇÃO SEGUNDO DADOS DO CURRÍCULO LATTES	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	65

1. INTRODUÇÃO

Para falar sobre produção do conhecimento enquanto dimensão inerente a formação pós-graduada *stricto sensu*⁴, é necessário observar seu movimento dentro do processo histórico de surgimento e transformação do ensino superior no Brasil. A história revela a indissociabilidade da dinâmica de desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, da produção do conhecimento, do contexto social, político e econômico de uma determinada sociedade em um determinado tempo. Conforme observou Marx (1984, p.43):

a história não é senão a sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais capitais, forças de produção que lhe são legados, e que por isso continua, em circunstâncias, completamente mudadas, e por outro lado modifica as velhas circunstâncias.

Enquanto política para a educação superior, a pós-graduação apresenta-se como espaço contraditório de produção do conhecimento na área do Serviço Social, por ser um espaço direcionado historicamente a responder aos interesses da profissão e da demanda dos trabalhadores, também atende contraditoriamente os interesses do grande capital, geradores de desigualdades. A produção do conhecimento é compreendida neste estudo como o resultado da relação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido, como o resultado do processo da pesquisa e da formação dos discentes da pós-graduação, seja este resultado a Dissertação, Tese, ou produção intelectual publicada em revista, livro ou eventos. Resultado que não se desvincula dos processos societários do qual é parte, isto é, políticas, interesses, normatizações e legislações, entre outras formas de controle e participação na pesquisa.

É no decorrer do desenvolvimento da sociedade capitalista que surge o Serviço Social, e é também nos desdobramentos dessa sociedade que se desenvolve a Pós-Graduação em Serviço Social.

É importante ressaltar que a criação da pós-graduação no Brasil obedece à mesma lógica de tantos outros processos históricos do Brasil e de outros países da América Latina: foi criada pelo alto, para atender aos interesses de uma burguesia nacional e, sobretudo, estrangeira. (Guerra, 2011, p.129)

⁴ As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (art. 44, III, Lei nº 9.394/1996). Ao final do curso o aluno obterá diploma. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=127:educacao-superior&id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu&option=com_content&view=article. Acesso em: junho de 2012.

Guerra (2011, p.136) ainda afirma que “pouco se tem investido em pesquisas que abordem a contribuição da pós-graduação para a renovação do Serviço Social brasileiro”. Uma importante contribuição nesta perspectiva é a obra “Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil”, organizada por Denise Bomtempo Birche de Carvalho e Maria Ozanira da Silva e Silva, editada pela Editora Cortez e publicada em 2005, que traz uma análise importante sobre a Pós-Graduação em Serviço Social e Produção do Conhecimento, com base nos documentos da CAPES sobre a área.

Com intuito de contribuir para a compreensão do papel da produção do conhecimento em Serviço Social, e das condições concretas sobre a qual esta produção é desenvolvida, este trabalho se apresenta. Ele está dividido em três partes fundamentais. No primeiro é abordado um panorama geral sobre a constituição e desenvolvimento histórico, com base legal, da pós-graduação brasileira, dando destaque à pós-graduação em Serviço Social, além de demarcar a criação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

A segunda parte levanta e discute dois importantes condicionantes da produção de conhecimento: Os Planos Nacionais de Pós-Graduação–PNPG; e o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação Brasileiro. Apesar da grande expansão da pós-graduação brasileira, o período é de tensões, pois é revelador quando nos deparamos com princípios estruturantes da formação acadêmica no Brasil que, impulsionada por reformas neoliberais, a educação adota táticas mercadológicas e, por uma suposta autonomia é pressionada na direção da privatização (Carvalho; Silva e Silva, 2005).

Na terceira parte trazemos e fazemos alguns apontamentos, acerca dos dados da pesquisa desenvolvida para refletir sobre a produção do conhecimento em Serviço Social. A pesquisa, de cunho descritivo e exploratório, teve início em 2010 a partir da inserção, via Bolsa Permanência⁵, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social- GEPSS. A princípio gostaríamos de realizar um “mapeamento” da produção do conhecimento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Para além da pesquisa que exponho aqui, gostaríamos de, através das dissertações, agrupar a

⁵ O Programa Bolsa Permanência, instituído pela Resolução 015/CUn/2007, é um “Programa de caráter social que visa propiciar auxílio financeiro aos alunos dos cursos de graduação presencial, classificados como em situação de carência socioeconômica, para sua permanência na Universidade”. Ele estabelece ainda que a concessão da bolsa ocorrerá mediante a alocação do aluno em um projeto de pesquisa, ensino ou extensão vinculado a sua área de formação.

produção do conhecimento segundo eixos temáticos⁶, e levantar quais os referenciais teóricos estão subsidiando os discentes. Esta discussão poderia nos indicar quais as principais questões que estão impelindo os Assistentes Sociais a pesquisarem, a buscarem respostas, e com que teoria mediam os resultados de suas pesquisas e produzem conhecimento. Porém, compreender o “estado da arte” da produção do programa exigiria uma compreensão teórica e uma dedicação que não dispúnhamos no momento, e outras questões surgiram no caminho trilhado durante a pesquisa mudando o foco e o resultado final deste trabalho. É importante recordar que

a perda inevitável do fim original em todo processo prático verdadeiramente criador não significa a eliminação do papel determinante que o fim tem em tal processo e, na medida em que determina, como lei, o modo e a maneira de sua atuação, o que acontece é que o fim que começou presidindo os primeiros atos práticos foi-se modificando no curso do processo para converter-se ao final deste em lei que rege a totalidade de tal processo. (Vazquez, 2011, p.271)

Nesta perspectiva, a produção do objeto ideal é inseparável da produção do objeto real, reafirmando a importância da idealização no início realizada que possibilitou o resultado final, mesmo que não possamos visualizar este processo no resultado objetivo. Ainda é importante ressaltar que apesar do resultado deste trabalho ter sido diferente do imaginado inicialmente, ele não se distancia do projeto inicial, não houve ruptura, houve um redirecionamento no foco, necessário para avançar em alguns aspectos e criar subsídios para a pesquisa mais avançada que continua em pauta.

Durante a pesquisa nos perguntávamos qual era a contribuição que tantos trabalhos, tantas pesquisas, estão trazendo para a sociedade, afinal a Universidade deve cumprir com sua função social de produzir conhecimento e tecnologias que atendam as necessidades sociais. Wanderley já alertava em 1993, na primeira edição do Cadernos ABESS que “uma universidade só tem sentido histórico se ela responde aos desafios postos pela realidade” (Wanderley, 1993, p.13). Diante deste dilema, decidimos pesquisar a produção intelectual dos discentes, compreendendo que através de artigos, livros, capítulos de livros e apresentações em eventos, os discentes podem divulgar suas pesquisas à comunidade científica e à sociedade em geral, como uma forma de contribuição na realização daquele papel.

⁶ Sobre estes eixos temáticos, ver os resultados demonstrados por Carvalho e Silva (2005), no capítulo “A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social”.

Como forma de acessar as informações sobre esta produção, optamos por pesquisar os currículos Lattes dos discentes da pós-graduação, no site do CNPq.

Segundo o próprio CNPq⁷, “a Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações”, e o currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país. Pela riqueza de informações, sua confiabilidade e abrangência, é um elemento indispensável para a pesquisa que nos propomos a fazer.

Para o levantamento do material a ser analisado, utilizei o Excel para criar planilhas com as informações da produção intelectual dos discentes, levantando as informações, sobre o volume de produção nos itens “artigos completos publicados em periódicos”, “trabalhos completos publicados em anais de congressos”, “resumos publicados em anais de congressos”, “livros completos”, e “capítulo de Livros”. Todas as publicações realizadas, no período entre o ano de entrada do discente no programa até três anos após sua titulação de Mestre⁸, o que equivale ao início das primeiras dissertações defendidas em 2003 até abril de 2012, data final desta pesquisa, foram catalogadas indicando aonde e quando foram publicadas, além de identificar a co-autoria entre discente e docente orientador.

Para analisar os dados, optamos por utilizar os critérios de avaliação da CAPES⁹ para o Serviço Social possibilitando, desta forma, compreender a produção do conhecimento no Serviço Social numa perspectiva crítica, considerando os determinantes institucionais que regem e tencionam o complexo “jogo” da produção intelectual brasileira.

⁷ Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/portal-lattes/sobre-a-plataforma;jsessionid=D7A7F612EC08722724C07306D8BFFFCE>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

⁸ O período é o utilizado pela CAPES para avaliar os Programas de Pós-Graduação. Sobre isso ver Documento de Área 2009. Disponível em: <http://capes.gov.br/avaliacao/documentos-de-area-/3270>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

⁹ Disponíveis em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/criterios-de-avaliacao>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

2. A PÓS-GRADUAÇÃO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

2.1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: O PERÍODO ANTERIOR A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Falar sobre a produção do conhecimento em Serviço Social como proposto neste texto exige um olhar atual, sem perder de vista os antecedentes da pós-graduação brasileira. Segundo Santos (2003), a pós-graduação no Brasil tem início na década de 1930, “na proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras, onde Francisco Campos propunha a implantação de uma pós-graduação nos moldes europeus”. No Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre o ensino superior no Brasil, em seu capítulo X, Art. 90, coloca como competência aos “institutos universitários de que trata o art. 5º, expedir “diplomas de doutor” quando, após a conclusão dos cursos normaes, technicos ou scientificos, e attendidas outras exigências regulamentares dos respectivos Institutos, o candidato defender uma these de sua autoria”. Sendo que o paragrafo 1º exige que a tese “deverá constituir publicação de real valor sobre assumpto de natureza technica ou puramente scientifica”. Decreto este que tinha força de Lei, sancionado pelo então presidente Getúlio Vargas no contexto de modernização do Estado Brasileiro. Estabelecendo como finalidade no Art. 1º:

elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação scientifica em quaesquer domínios dos conhecimentos humannos; habilitar ao exercício de actividades que requerem preparo technico e scientifico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da collectividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universetárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade. (Brasil, 1931)

Estabelece também no Art. 2º que

a organização das Universidades braseleiras attenderá primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do Paiz e, assem, será orientada pelos fatores nacionaes de ordem psíquica, social e econômica e por quaesquer outras circunstâncias que possam interferir na realização dos actos desígnios universetarios. (Brasil, 1931).

Em 18 de junho de 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra decreta o novo Estatuto da Universidade do Brasil. No Art. 2º, o Estatuto define que “os objetivos da Universidade do Brasil, abrangem a educação, o ensino e a pesquisa”. O termo “pós-graduação” foi utilizado pela primeira vez neste mesmo decreto nos artigos 71 e 76:

Art. 71-. Os cursos universitários serão os seguintes:

- a) cursos de formação;
- b) cursos de aperfeiçoamento;
- c) cursos de especialização;
- d) cursos de extensão;
- e) cursos de pós-graduação;
- j) cursos de doutorado.

Art. 76. Os cursos de pós-graduação, destinados aos diplomados, terão por fim especial a formação sistemática de especialização profissional, de acordo com o que for estabelecido pelo regimento.

A Pós-Graduação não é conceituada no documento, de tal maneira que, como sugere Guterres (2002), pode-se deduzir que a expressão "pós-graduação" se refere a cursos restritos aos graduados distinguindo-se dos cursos de aperfeiçoamento e especialização cuja terminologia era empregada no sentido amplo como no treinamento de profissionais ou funcionários públicos.

No final dos anos de 1940, e nos anos 1950 começaram a ser firmados acordos entre Estados Unidos e Brasil por meio de intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores. Estas parcerias decorrem das preocupações norte-americanas com a Guerra Fria e a possível influência dos países comunistas sobre os subdesenvolvidos, e da política brasileira de Juscelino Kubitschek de industrialização, abrindo o mercado ao capital estrangeiro. Também nesta década é implantada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país." (CAPES, 2012). Lembrando que a preocupação com a pesquisa já era tema nos meios acadêmicos e de políticas do governo. Foi prevista nos dois Estatutos da Universidade Brasileira- 1931 e 1946 – e, em 1951, foi criado pelo decreto 1.310 de janeiro, o CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa, que é responsável por grande parte das bolsas e financiamento de pesquisa até hoje.

Devido ao processo de aceleração da criação de cursos de pós-graduação na década de 1960, pressionado pelas crescentes exigências advindas do movimento de industrialização, em 1965, com o Parecer 977 do Conselho Federal de Educação, implanta-se formalmente os cursos de pós-graduação no Brasil, seguindo um modelo norte-americano, num contexto de dependência em relação às nações centrais (Santos, 2003).

Segundo o IV PNPG (2004), o CFE nº 977/65 estrutura o Sistema Nacional de Pós-Graduação e atribui as seguintes características para os cursos *stricto sensu*:

[...] é de natureza acadêmica e de pesquisas e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico enquanto a especialização via de regra tem sentido prático-profissional, confere grau acadêmico enquanto a especialização concede certificado. (IV PNPG, 2004. p41)

Os cursos de mestrado deveriam ter duração mínima de um ano e o de doutorado dois anos, além de contemplar um número de 360 a 450 horas de trabalhos escolares, aulas, seminários ou atividades de laboratórios, por ano letivo (CFE nº 977, 1965).

O IV PNPG (2004) afirma que havia poucos programas de pós-graduação na época que ofereciam o doutorado e, por isso, os mestrados tinham um alto padrão de exigência, o que proporcionou a marca da qualidade acadêmica à pós-graduação brasileira.

2.2 A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social surge no Brasil como profissão legitimada na sociedade na década de 1930. Chamada a intervir nas expressões da “questão social”¹⁰, vinculada a emergência de um novo tipo de sociedade, uma sociedade moderna, uma sociedade capitalista. A formação e o desenvolvimento da classe operária faz surgir demandas de uma profissão com conhecimento científico para explicar e apreender os fenômenos sociais (Kameyama, 1998). Portanto, as primeiras escolas de Serviço Social que surgem em São Paulo e Rio de Janeiro, em 1936 e

¹⁰ Compreendo a questão social nos moldes de Iamamoto e Carvalho: “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mas além da caridade e repressão” (1998, p77).

1937, respectivamente, vêm para formar estes profissionais para uma atuação vinculada aos conflitos entre o capital e o trabalho. Kameyama aponta, também, que dado ao caráter interventivo, em primeiro momento, privilegiou-se o aspecto técnico-operativo em detrimento da produção de conhecimento.

A produção de conhecimento na área de Serviço Social iniciou-se a partir dos anos 1970, quando foram criados os primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais e, especificamente em Serviço Social. (Kameyama, 1998)

Lembrando que este é um período de Ditadura Militar, e que o projeto de expansão da pós-graduação está vinculado, assim como o projeto para a educação superior e o sistema econômico brasileiro, a um modelo dependente e associado ao capital estrangeiro, direcionado a atender aos propósitos do chamado “milagre brasileiro”, construindo uma universidade tecnocrática (ABEPSS, 2009) disposta a qualificar a força de trabalho em determinados níveis estratégicos. A Fundação Ford realizou convênios com várias universidades brasileiras para apoiar, nas Ciências Sociais, o desenvolvimento, o ensino e a pesquisa em Ciências Políticas.

Segundo o Documento “Síntese/Relatório da Avaliação” de 2010¹¹ da CAPES, os primeiros cursos de mestrado em Serviço Social implantados no Brasil foram os da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP, e PUC/RJ, em 1972, seguidos por PUC/RS, em 1977, Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa- UFPB-JP, em 1978, e Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, em 1979.

E em 1981, foi a vez do primeiro Doutorado em Serviço Social da América Latina ser inaugurado, também na PUC/SP (Yazbek; Silva e Silva. In: Carvalho; Silva e Silva, 2005). Ainda segundo Yazbek e Silva e Silva, 2005, a Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil “foi uma expressão de rompimento com a postura positivista que determinava a separação do pensar e do agir; do construir conhecimento, do intervir na realidade social”. Cardoso (1998) traz a questão da pesquisa para o Serviço Social, que ganhou um espaço importante no cenário da pós-graduação:

A pesquisa se insere no processo de formação profissional do assistente social como uma exigência no processo de superação do pragmatismo o qual foi marcante na história de sua prática profissional e ainda se faz presente a contemporaneidade. (Cardoso, 1998, p.27)

¹¹ Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?codigoPrograma=41001010047P6>. Acesso em: junho de 2012.

Neste sentido, a pós-graduação desempenhou um importante papel, expandindo-se e consolidando-se junto com o Projeto Profissional de Ruptura com o Serviço Social tradicional, preocupando-se não apenas com a qualificação técnico-operativa, mas também com a capacitação continuada e produção do conhecimento específico do Serviço Social como forma de preparar os profissionais a responderem às demandas sociais.

No decorrer dos anos 1980 não foi aberto mais nenhum programa de pós-graduação em Serviço Social.

A CAPES¹² foi reconhecida, em 1981, como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação Stricto Sensu, através do Decreto nº 86.791. Neste ano também é reconhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Segundo Netto (2000), a década de 1980 foi o período de mudanças marcado pela instauração democrática no país. Apesar do grande feito histórico e a conquista social dos movimentos organizados que representa a Constituição de 1988, é possível notar um grande abismo entre o plano jurídico e o aparelho do Estado que continuava funcionando articulado ao projeto político-econômico da ditadura (Netto, 2000). Enquanto promulgávamos uma constituição com grandes conquistas sociais, o contexto internacional vinha no sentido contrário. “Decretando” a falência do Estado de Bem Estar Social, orientados pelos ensinamentos de Milton Freidman e seus “Chicago Boys”, implantando o neoliberalismo através da “Doutrina do Choque”¹³ e esfacelando os direitos dos trabalhadores e das garantias sociais, em países europeus e até mesmo sul americanos, como Chile e Argentina viviam outro contexto.

No governo Collor, em 1990 a Medida Provisória nº 150, de 15 de março, extingue a CAPES. Este ato desencadeia uma intensa mobilização, onde as pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades abrem discussão influenciando a opinião acadêmica e científica. Graças a este movimento, com o apoio do Ministério da Educação, a medida é revertida, e em 12 de abril do mesmo ano, a CAPES é recriada pela Lei nº 8.028. Apoiado em uma política econômica neoliberal, através da Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992, é autorizado o poder público a instituir a CAPES como Fundação Pública, o que confere novo vigor à Instituição.

¹² CAPES. História e Missão. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

¹³ Sobre o termo referido e a atuação de Freidman e os Chicago Boys na Ascensão do Neoliberalismo ver: KLEIN, Naomi. A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2008.

A expansão da pós-graduação no Serviço Social é retomada na década de 1990 com a abertura de mais 6 programas.

O período é marcado por uma grande reforma do Estado implantada principalmente por Fernando Henrique Cardoso.

pela primeira vez, desde a crise da ditadura, passando pela Nova república, pelo processo de Constitucionalização e pelo primeiro presidente eleito, há uma nova hegemonia no comando burguês desse país. Com Fernando Henrique, o que acontece é um deslocamento muito claro, no âmbito o aparelho decisório do Estado Brasileiro, das influências e do sentido de classe. Trata-se, agora, de um bloco que é burguês, um bloco conservador modernizante, mas que tem uma clara hegemonia no seu interior. E, dizendo de uma maneira clara: é o governo dos banqueiros. (Netto, 2000, p.15)

O Plano Real, a abertura do mercado nacional, o processo de privatização financiado pelo BNDS a juros negativos, o processo de hipoteca do orçamento público, tudo teve uma intencionalidade, tudo veio para favorecer uma classe ligada diretamente ao capital estrangeiro, e orientada por organismos multilaterais como o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que certamente se posicionou com relação à política de educação. A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 permitiu, como afirma Iamamoto (2000), “uma veloz e radical alteração da educação no país e, em especial, da universidade brasileira”. Netto revela os traços fortes da LDB:

o favorecimento da expansão do privatismo, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação das demandas do mercado, a redução do grau de autonomia pensada apenas como autonomia financeira; a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, nexos organizador da vida universitária; a supressão de autonomia docente, são os traços fundamentais que resultam, como um pacto para o ensino superior, desse duplo e imbricado movimento político de ajuste e de reforma do Estado. (Netto, 2000, p.29)

Vemos um grande aumento nos programas de pós-graduação em Serviço Social entre 2000 e 2009, com o surgimento de mais 15 programas (CAPES, 2010). O que vemos também é um continuísmo das políticas neoliberais. Mesmo no governo dito de esquerda, do Partido dos Trabalhadores, temos o acirramento da privatização do ensino, e os cursos à distância, já regulamentados em 1998 pelo Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro, ganham força com o avanço da tecnologia e o financiamento estrangeiro. Paulatinamente, políticas públicas

reforçam a intenção de privatização da universidade pública, vinculando a demanda do mercado, possibilitando o financiamento por setores privados, ampliando taxas acadêmicas. O que o período traz de novo, segundo Silva e Silva (2004), é a publicização do privado. Ela se refere ao financiamento do Estado à esfera privada com a determinação do governo de comprar cem mil vagas do ensino superior com recursos que poderiam ser direcionados a melhoria das universidades públicas.

Entre 1976 e 2004, o número de cursos recomendados pela CAPES, entre públicos e privados, saltou de 673 para 2.993, o que representa um aumento de 5,6% ao ano. Destaca-se o crescimento do doutorado, que praticamente duplicou no período de 1996 a 2004, como revela o Quadro 01.

Quadro 01
Evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação: Número de cursos

Nível	1976	1990	1996	2004 (21/maio)
Mestrado	490	975	1.083	1.959
Doutorado	183	510	541	1.034
Total	673	1.485	1.624	2.993

Fonte: CAPES/MEC (apud IV PNPG, 2004)

Como afirma o documento da ABEPSS sobre os desafios à formação profissional, elaborado nas atividades comemorativas de 15 de maio de 2009, as medidas desencadeadas pela aprovação da LDB, como os mestrados profissionalizantes, a substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais e ensino à distância, que só no Serviço Social, segundo o mesmo documento, eram responsáveis na época pela oferta de 27.156 vagas, seguem orientações dos organismos internacionais no intuito de privatização das políticas sociais, proporcionando o favorecimento da expansão dos serviços privados. Segundo Bollmann, essa tendência de vinculação de parâmetros e ideias de mercado à políticas sociais fica nítida já em 1995, quando o Plano diretor da Reforma do Estado de Bresser Pereira, ao instalar a “base de sustentação do papel do Estado no financiamento das políticas sociais no Brasil, incrementou a introdução de conceitos da economia de mercado nas estruturas do Estado” (Bollmann, 2004, p.124).

Convém pontuar também o efeito da tecnologia aplicada à educação, como se apresenta no ensino à distância, e nas ferramentas de aprendizado via web, por exemplo. Sob a falácia de progresso e inclusão digital está camuflada a banalização da formação, a

padronização do ensino, o sucateamento da formação em favorecimento da valorização do capital.

Vemos com pesar também, as investidas pela expansão do ensino superior no setor público com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, objetivando a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, já no seu primeiro ano de criação tinha a adesão da totalidade das universidades brasileiras. Também em 2007, o Congresso Nacional aprova a Lei nº 11.502, criando a

Nova Capes, que além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro também passa a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Tal atribuição é consolidada pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. (CAPES, 2012)

O REUNI tem nos mostrado, até agora, de fato um aumento significativo no número de alunos nas universidades, porém a proposta de dar condições físicas e humanas a esta expansão não acompanha a demanda.

Na pós-graduação, o REUNI também tem impactado de forma contraditória. Enquanto instituiu a Bolsa Reuni¹⁴, através da Portaria nº 582, de 14 de maio de 2008, para o mestrado, doutorado e pós-doutorado, nem todas foram executadas (Quadro 02), e a contratação de docentes necessários não ocorreu.

¹⁴A concessão das Bolsas é realizada em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com recursos descentralizados pela SESu, nos valores de R\$ 1.200,00 para o mestrado, e R\$ 1.800,00 para o doutorado. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085. Acesso em: junho de 2012.

Quadro 02
Distribuição das Bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em 2008

PACTUADO				EXECUTADO				DIFERENÇA	
Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	TOTAL	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	TOTAL	Executado - Pactuado	
656	352	52	1.060	645	296	-	941	-119	-11%

Fonte: MEC/2008 (apud Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano, 2009, p.11).

Segundo o V PNPG (2010), houve um crescimento significativo nas titulações e no número de matrículas na pós-graduação brasileira, porém o correspondente crescimento no orçamento da CAPES não ocorreu. Os investimentos por aluno matriculado sofreram um decréscimo de 42% e por aluno titulado 67%.

Sobre as condições de trabalho dos profissionais da educação, o que vemos neste ano de 2012, com a greve nas instituições de ensino superior federais¹⁵, é um reflexo das condições de trabalho a que professores e servidores estão sendo submetidos, condições que se agravaram muito nos últimos anos e que impacta diretamente na pós-graduação. O manifesto à população¹⁶ das Entidades Nacionais da Educação Federal- ANDES-SN/FASUBRA/SINASEFE, sobre a greve, revela a realidade de trabalho nas instituições de ensino, principalmente naquelas que aderiram ao REUNI. Denunciam a “falta de salas de aula, laboratórios, restaurantes estudantis, biblioteca, banheiros, saneamento básico e em alguns lugares até papel higiênico”(ANDES 2012). Neste sentido, de favorecimento escancarado do capital financeiro em detrimento da educação, cabe lembrar Marx (1984):

mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada da relação.

Hoje no Brasil, são 31 programas e cursos de pós-graduação em Serviço Social no total, sendo 17 de mestrado e 14 de doutorado, segundo dados da CAPES¹⁷(2012).

¹⁵ A greve das instituições Federais de ensino teve início no dia 17 de maio de 2012. No dia 27 de junho 95% das Universidades Federais, 95% dos Institutos Federais de Educação, e 100% dos Centros Federais de Educação tecnológica já haviam aderido ao movimento, considerado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, como a maior greve dos docentes das instituições federais de ensino da história. Em nota o ANDES-SN afirma que “Os professores federais estão em greve em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade e de uma carreira digna, que reconheça o importante papel que os docentes têm na vida da população brasileira”. Disponível em: <http://www.andes.org.br:8080/andes/portal.andes>. Acesso em: 27 de julho de 2012.

¹⁶ Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0Bzz4VZkZH1bsVUxKZzVJdXpxdjA/edit?pli=1>. Acesso em: 27 de julho de 2012.

¹⁷ Fonte: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisar>

2.3 A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFSC

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC segue a tendência de expansão dos programas de pós-graduação da área e inaugura o Mestrado em 2001 e, em 2010 implanta o Doutorado. Assim como o Curso de Serviço Social, criado em 1958 - que surgiu com a primeira Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina (FSSSC), posteriormente, em 1960 com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina passa a condição de agregada a esta instituição, e em 1983 incorporada a mesma instituição-, a Pós Graduação é um marco para o Serviço Social no sul do Brasil. Segundo Gerber (2009), o surgimento do Curso de graduação é atribuído a necessidade de responder a demandas do contexto socioeconômico e político do estado catarinense na década de 1950, que passava por um processo de industrialização e urbanização, necessitando de “profissionais especializados para o enfrentamento da questão social, nos marcos do desenvolvimento capitalista” (Gerber, 2009, p.19).

Segundo a Ficha de Avaliação do Programa do trienal 2010¹⁸,

teve como ponto de partida o fato de ser um dos polos de referência para os cursos de Serviço Social da Região Sul e do país. Veio para responder uma demanda regional crescente, principalmente na formação de docentes e pesquisadores e por não existir na região nenhum curso de pós-graduação em universidade pública.

Comprometido com o ensino, a pesquisa e a extensão, articulando a graduação e a pós-graduação, preocupado com as necessidades e demandas sociais (Sarmiento, 2009), mantém como área de concentração o Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social.

Até 2010, quando houve uma revisão para a implantação do Doutorado, o programa contava com duas linhas de pesquisa: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais; e Serviço Social, Exclusão, Violência e Cidadania.

Segundo Ficha de Avaliação do Programa da CAPES (2010), os objetivos do programa são:

- a) Formar pesquisadores e docentes no âmbito do Serviço Social e áreas afins, comprometidos com a defesa dos direitos humanos no seu mais amplo espectro e com a construção de uma sociedade justa e igualitária pautada na democracia

Area&codigoGrandeArea=60000007&descricaoGrandeArea=CI%CANCIAS+SOCIAIS+APLICADAS+. Acesso em: 10 de junho de 2012.

¹⁸ Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?codigoPrograma=41001010047P6>. Acesso em: junho de 2012.

radical; para atuarem em universidades e instituições de nível superior, no âmbito do Serviço Social e das áreas afins;

- b) Produzir conhecimentos sobre processos sociopolíticos e expressões da questão social na contemporaneidade;
- c) Sistematizar e analisar as práticas profissionais no contexto da sociedade atual e no movimento mais amplo da sociedade.
- d) Criar e incentivar atividades integradoras da pós-graduação e da graduação, que contribuam para a melhoria do ensino do Serviço Social e áreas afins em todos os níveis.

Como lembra Sarmiento, na página de apresentação do PPGSS da UFSC¹⁹:

nenhum curso de pós-graduação, nasce sem uma longa trajetória de reflexão e amadurecimento interno de seus membros, e de uma íntima relação com o contexto local e regional onde está situado. É uma história em construção, onde se destacam alunos, professores, profissionais, e o envolvimento do curso com os diferentes sujeitos individuais e coletivos com os quais buscamos uma sociedade de direitos, orientada pela justiça social e a democracia, expressadas na sua área de concentração Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social – demarcando um horizonte teórico e político crítico e comprometido na formação de docentes e pesquisadores dedicados a produção de conhecimentos por meio de suas linhas de pesquisa.

Até julho de 2012, segundo o sistema de acompanhamento de egressos da UFSC²⁰, concluíram o programa 116 pessoas. No site do PPGSS/UFSC estão relacionados 39 discentes cursando o mestrado e 16 cursando o doutorado.

É importante destacar ainda a Revista Katálysis, produzida pelo PPGSS desde 1997, com o objetivo de

socializar produções atuais e relevantes do conhecimento, relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, do âmbito das Ciências Sociais, em especial do Serviço Social. Espera, assim, contribuir com o debate crítico e analítico que, através da publicação de ensaios, pesquisas científicas, experiências, conferências, entrevistas, resenhas de livros e comunicações, possibilitem uma melhor apreensão da realidade no contexto das temáticas: cidadania, democracia, qualidade de vida, inclusão/exclusão social, organizações da sociedade civil e globalização, bem como possam contribuir para a transformação desta realidade. (Katálysis, 2012)

¹⁹ Disponível em: <http://ppgss.ufsc.br/apresentacao-2/>. Acesso em: junho de 2012.

²⁰ Disponível em : <http://www.egressos.ufsc.br>. Acesso em: junho de 2012.

A Revista Katálýsis é um periódico semestral, classificado pela CAPES no sistema Qualis Periódico como: A1 na área de Serviço Social; B1 nas áreas de Educação e Sociologia; B2 nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas I, História, Interdisciplinar, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e B4 nas áreas de Direito e Saúde Coletiva. Tem circulação nacional e internacional, e é indexada nos sistemas SciELO Brasil, OEI-CREDI, IRESIE, CLASE, ICAP/REDE PERGAMUM –PUC-PR, Portal Periódicos UFSC, SEER IBICT, Latindex, DOAJ, LivRE!, e DIALNET.

3. ALGUNS DETERMINANTES À PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

3.1 PLANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: A INTENÇÃO ESCANCARADA

As instituições que planejam o sistema de ensino brasileiro tem o orgulho de afirmar que a pós-graduação é uma das realizações mais bem sucedidas no conjunto do sistema de ensino existente no país. É sem dúvida devido a uma

política indutiva, em grande medida concebida, conduzida e apoiada pelas instituições públicas, com decidido engajamento da comunidade acadêmica brasileira. O desempenho da pós-graduação encontra-se intimamente ligado a uma mobilização permanente da comunidade acadêmica nacional, bem como a um processo contínuo de integração com a comunidade científica internacional, orquestrado e apoiado pela CAPES e CNPq. (PNPG, 2005-2010, p.8)

A partir de uma breve análise dos Planos Nacionais de Pós-Graduação é possível compreender os rumos tomados e a atual situação do sistema brasileiro.

Lembrando que podemos dizer que a pós-graduação no Brasil inicia-se na década de 1930, com o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, sendo o termo “pós-graduação” utilizado pela primeira vez, de forma legal, no Decreto nº 21.321 de 18 de junho de 1946, porém é concebida nos moldes atuais em 1965, com o Parecer 977 do Conselho Federal de Educação.

Com o passar do tempo, constatou-se que o processo de expansão da pós-graduação, até então, havia sido parcialmente espontâneo, pressionado por motivos conjunturais. Necessitava-se agora de um planejamento estatal, considerando a pós-graduação como subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, do sistema educacional, desencadeando o I PNPG para o período de 1975 a 1979 (PNPG, 2005-2010, p.12).

Ainda segundo o IV PNPG (2004),

Em função desse diagnóstico, as principais diretrizes foram: Institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável; elevar os atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos; planejar a sua expansão, tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões. (p.13)

Para a execução das metas, foram propostos três programas:

Concessão de bolsas para alunos de tempo integral; extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), que era recente e realizado em pequena escala pelo MEC; admissão de docentes, de forma regular e programada, pelas instituições universitárias, em função da ampliação da pós-graduação. (IV PNPG, 2004, p.13)

O I PNPG destacou a capacitação dos docentes das universidades e a integração da pós-graduação ao sistema universitário, dando importância às ciências básicas e à necessidade de se evitar disparidades regionais. Preocupação, esta última, que perpassa os planos seguintes até o atual, o V PNPG.

Passando para a análise do II PNPG (1982-1985), nota-se que a preocupação central continua sendo a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes, de pesquisa e técnicas visando o atendimento dos setores público e privado. O II PNPG coloca como funções da pós-graduação a

formação de docentes pesquisadores para a esfera acadêmica; a capacitação e o treinamento de pesquisadores e profissionais destinados a aumentar o potencial interno de geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos no processo produtivo de bens e serviços e a formação de recursos humanos para o desenvolvimento cultural do País. (II PNPG, 1982, p.12)

Ainda pretende-se que a pós-graduação possa harmonizar-se com as orientações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e do III PBDCT, 1980-1985 (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

As diretrizes do II PNPG recaem especialmente sobre a qualidade do ensino superior, onde a pós-graduação ganha destaque, apontando a necessidade e a institucionalização e aperfeiçoamento da avaliação, existente de forma embrionária, segundo o IV PNPG, desde 1976 com a participação da comunidade científica.

Ainda segundo o IV PNPG (2004),

A questão central do II PNPG não foi apenas a expansão da capacitação docente, mas a elevação da sua qualidade, enfatizando-se, nesse processo, a importância da avaliação, da participação da comunidade científica e do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, embora este último aspecto seja mais enfatizado no III PNPG. (IV PNPG, 2004, p.14)

O III PNPG (1986-1989) foi elaborado no período de democratização do país. Um novo sistema político, apesar de continuar alinhado ao projeto político-econômico da ditadura,

como já denunciado por Netto (2000), exigiu a reconfiguração de políticas, dentre elas as da educação e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República. O objetivo a ser conquistado era a autonomia nacional como revela o próprio III PNPG:

A conclusão mais importante é a de que o País não possui um quantitativo de cientistas que permita, a curto prazo, atingir plena capacitação científica e tecnológica. Torna-se, portanto, essencial iniciar, com a maior brevidade possível, um programa agressivo de formação de recursos humanos qualificados, tendo em vista que a sociedade e o governo pretendem a independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil no próximo século. Assim é que o presente Plano Nacional de Pós-Graduação reafirma a política do governo de formar cientistas em quantidade, qualidade e perfis adequados ao modelo de desenvolvimento do País. (III PNPG, 1986, p.5)

Os objetivos gerais do III Plano foram: a consolidação e a melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação; a institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação; e a integração da pós-graduação ao setor produtivo.

Seguindo a perspectiva apontada, “a ênfase principal desse plano está no desenvolvimento da pesquisa pela universidade e a integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia” (IV PNPG, 2004).

Apesar do III PNPG ser para o período de 1986 a 1989, o que temos é um grande período de tempo para a construção efetiva de um novo plano, mais precisamente 15 anos até o IV plano em 2004. Porém, o período não foi ausente de discussões. No final de 1996, como ocorreu o Seminário Nacional “Discussão da Pós-Graduação Brasileira”, que contou com a presença de, aproximadamente, uma centena de pessoas, entre pró-reitores, representantes da comunidade acadêmica, da Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG, representantes de órgãos públicos e agências de fomento (IV PNPG, 2004). Ainda segundo o IV PNPG, dificuldades de ordem financeira e a falta de articulação entre as agências de fomento impediram que se concretizasse um Plano Nacional de Pós-Graduação, instituído legalmente. Apesar disso, a CAPES implantou diversas recomendações que subsidiaram as discussões, como expansão do sistema, a diversificação do modelo de pós-graduação, as mudanças no processo de avaliação e a inserção internacional da pós-graduação.

Em dezembro de 2004 é finalmente instituído o IV PNPG, para o período de 2005 a 2010. O Plano tem como um dos seus objetivos fundamentais a

expansão do sistema de pós-graduação que leve a expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para a qualificação do sistema de ensino superior do país, do sistema de ciência e tecnologia e do setor empresarial. (IV PNPG, 2004, p.9)

Sendo o objetivo principal do plano o

crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com o propósito de atender, com qualidade, as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país. Esse Plano tem ainda como objetivo subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de educação, ciência e tecnologia. (IV PNPG, 2004, p.53)

Segundo o texto do próprio plano, ele está fundamentado legalmente na Constituição Federal de 1988, no inciso XXIV do Art. 20, põe-se como competência privativa da União o legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. O conjunto das universidades faz parte desta educação nacional. O Art. 207 da CF exige que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O inciso VIII do Art. 206 (CF, 1988) impõe ao ensino o princípio da garantia do padrão de qualidade, que é de competência do poder público a avaliação de qualidade da educação nacional, segundo o Art. 209 (CF, 1988). O texto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (lei 9.394/96), no inciso IX do seu Art. 3º põe a garantia de padrão de qualidade como princípio do ensino.

Na obra “Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil”, de organização de Carvalho e Silva e Silva (2005), as autoras Maria Ozanira da Silva e Silva e Maria Carmelita Yazbek analisam com preocupação o IV PNPG, sobretudo a “vinculação da pós-graduação com o sistema produtivo brasileiro e com o setor privado da produção” (Silva e Silva, Yazbek, 2005, p.19).

Convém pontuar que a pós-graduação brasileira, como revela a análise dos marcos legais que tratam do ensino superior no Brasil, desde os Decretos nº 19.851, de 11 de abril de 1931 e 21.321 de 18 de junho de 1946, passando pelo Parecer 977 do Conselho Federal de Educação, até os PNPGs, sempre esteve direcionada a atender um objetivo: o de subsidiar o crescimento econômico através da formação de trabalhadores capacitados a suprir uma demanda de mercado, mesmo que nem sempre expresso de forma direta nos documentos.

Outro levantamento importante que as autoras fazem, é com relação à preocupação do plano com as disparidades regionais em decorrência da concentração dos cursos de pós-graduação na região sudeste. Esta preocupação é reincidente nos PNPG que, apesar de traçarem estratégias, não conseguem avanço significativo nesta questão.

Como meta o plano é audacioso, prevê um aumento de mais de 100% para o número de titulados doutores em 2010 com relação a 2003, o que significa passar de 8.094 discentes titulados para 16.295 discentes titulados. Para o mestrado, o IV plano aponta um crescimento menor, passando dos 27.639 titulados em 2003, para 45.677 titulações em 2010, aumento de 65% (Silva e Silva, Yazbek, 2005, p.20).

Além da indicação da necessidade de aumento do número de bolsas para as áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciência da Computação, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas, para atender as demandas da Política Industrial, Comércio Exterior e aumento de competitividade brasileira, segundo Silva e Silva, Yazbek (2005, p.21), o plano aponta as seguintes tendências (p.21):

- Elevação significativa no número de titulados Doutores e de Mestres até 2010;
- Elevação do número de bolsas no período do plano;
- Destaque a um crescimento maior aos cursos de Doutorado;
- Priorização da Pós-Graduação direcionada às grandes áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciência da Computação, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas;
- Ampliação das fontes de financiamento da Pós-Graduação, incluindo, além de fontes federais, a responsabilidade financeira dos Estados, mediante as Fundações de Apoio e as Secretarias de Ciência e Tecnologia;
- Embora mantendo a maior responsabilidade do financiamento pelo setor público, é indicada também a participação do setor privado;
- Preocupação com a concentração ainda da pós-graduação na região Sudeste, apontando a necessidade de redução das disparidades regionais, inter-regionais e entre Estados;
- Manutenção da função de formação de recursos humanos para o ensino superior e para o ensino básico, sendo, porém, realçada a destinação da pós-graduação para atender a necessidade do setor produtivo privado brasileiro, com especial destaque às novas demandas da Política Industrial e de Comércio Exterior e aumentar a competitividade brasileira.

A obra “Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil”, foi impressa em dezembro de 2005, um ano após a oficialização do IV PNPG. Por isso as autoras colocam como questão: “que espaço de atenção e de priorização será dado para a Pós-Graduação na Área de Serviço Social no Brasil?”(p.21). Como posto acima, o plano não prioriza ações na Área das Ciências Sociais Aplicadas, assim como os planos anteriores, campos como o Serviço Social não são foco de atenção das políticas para a pós-graduação. Porém, assim como antes, o Serviço Social enfrenta as contradições, cria estratégias e consegue avançar. Veremos os resultados da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (4º Capítulo), quais as consequências desta política para a produção do conhecimento no PPGSS/UFSC.

Apesar de reconhecer a importante contribuição desta obra (Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil), há um ponto importante no IV PNPG que não foi

tratado pelas autoras, o item “Avaliação e Qualidade”. Certamente, a avaliação dos programas baseada no produtivismo é algo que preocupa muitos docentes. O plano prevê que a avaliação deve ser

baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade. Os índices propostos dão ênfase à produtividade dos orientadores e à participação do aluno formado na produção científica e tecnológica dos laboratórios ou grupos de pesquisa que compõem a pós-graduação. Os índices devem refletir a relevância do conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo. (IV PNPG, 2004, p.63)

Esta “ênfase na produtividade do orientador e a participação do aluno” é um importante item da avaliação da CAPES e merece uma atenção maior na análise da produção do conhecimento do PPGSS/UFSC, como veremos no Capítulo 4.

Em síntese, o IV PNPG reafirma a direção dada ao ensino brasileiro, prevendo a elevação do número de titulados Doutores e Mestres, elevação do número e valor de bolsas, priorização das áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Computação, Ciências Agrárias e Biológicas; ampliando as fontes de financiamento via governo federal e estadual através das Fundações de Apoio e Secretarias de Ciência e Tecnologia, mantendo a maior responsabilidade pelo financiamento no setor, porém abrindo para a participação do setor privado; e realçando a

destinação da Pós-Graduação para atender a necessidades do setor produtivo privado brasileiro, com especial destaque às novas demandas da Política Industrial e de Comércio Exterior e aumentar a competitividade brasileira. (Carvalho; Silva e Silva, 2005)

Certamente o IV PNPG propiciou a continuação da expansão do sistema de pós-graduação brasileiro. Segundo o V PNPG, em 23 de fevereiro de 2011(Quadro 03), a pós-graduação brasileira detinha um total de 4.757 cursos, sendo 1.630 de doutorado, 2.771 de mestrado acadêmico e 356 de mestrado profissional. Um aumento de 53,8% no período do IV PNPG, e de 61,1% desde o primeiro PNPG.

Quadro 03
Número de cursos de pós-graduação de 1979 a 2010

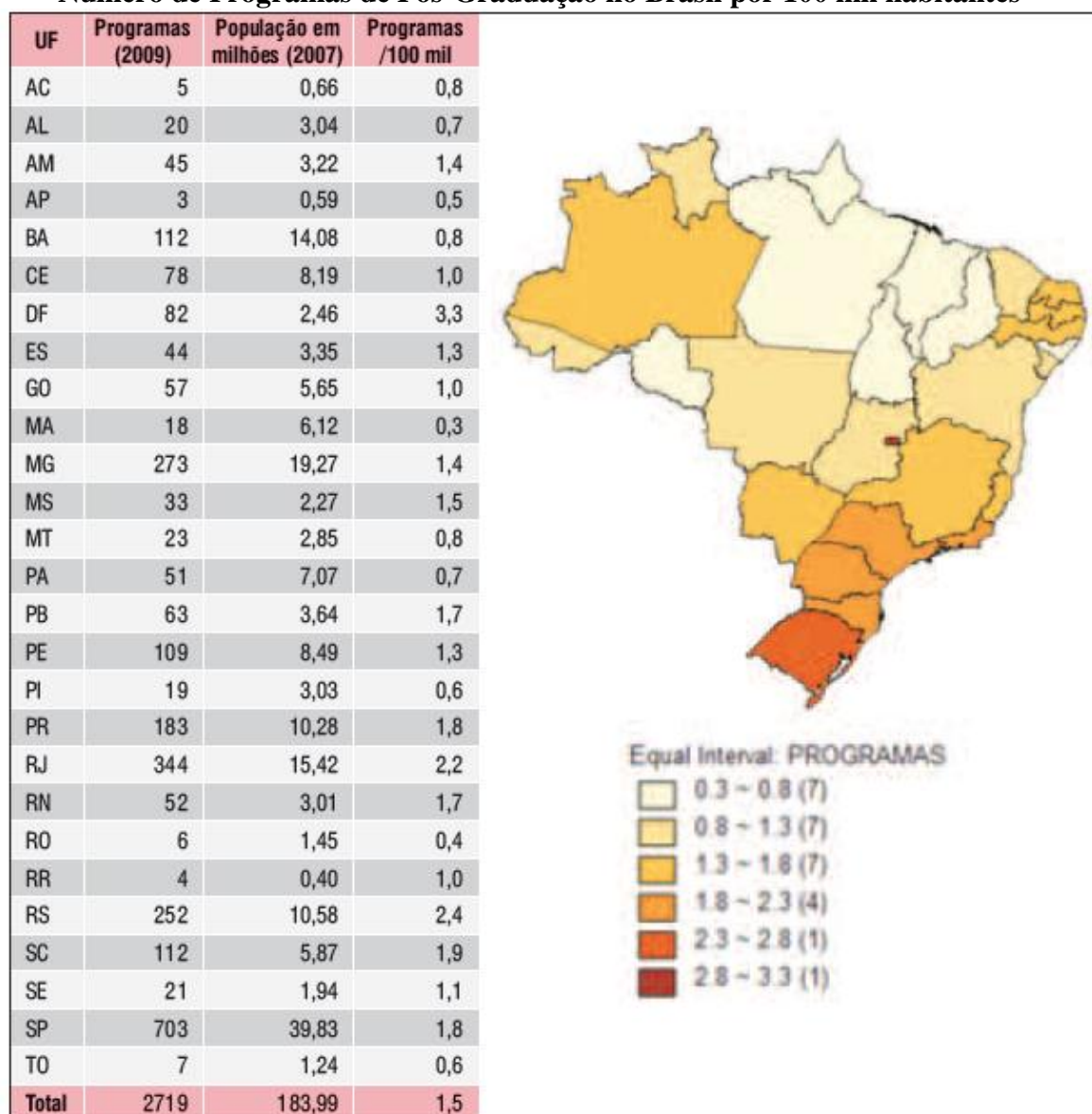
Ano	Nível			Total geral
	Doutorado	Mestrado Profissional	Mestrado	
1976	181	0	518	699
1977	197	0	567	764
1978	213	0	616	829
1979	235	0	653	888
1980	260	0	680	940
1981	270	0	695	965
1982	285	0	713	998
1983	301	0	735	1036
1984	321	0	755	1076
1985	332	0	784	1116
1986	347	0	808	1155
1987	373	0	843	1216
1988	405	0	908	1313
1989	439	0	951	1390
1990	469	0	993	1462
1991	507	0	1031	1538
1992	537	0	1083	1620
1993	585	0	1131	1716
1994	637	0	1220	1857
1995	682	0	1289	1971
1996	707	0	1348	2055
1997	739	0	1408	2147
1998	779	27	1463	2269
1999	846	69	1563	2478
2000	903	98	1620	2621
2001	940	138	1689	2767
2002	984	158	1758	2900
2003	1015	175	1796	2986
2004	1048	190	1855	3093
2005	1099	202	1923	3224
2006	1195	174	2096	3465
2007	1269	203	2242	3714
2008	1327	233	2337	3897
2009	1532	278	2587	4397
2010	1630	356	2771	4757

Fonte: V PNPG (2010).

O mais recente Plano Nacional de Pós-Graduação foi divulgado à sociedade em dezembro de 2010, e corresponde ao período de 2011 a 2020. Bem mais detalhado que os planos anteriores, foi dividido em dois volumes. O primeiro volume, com 309 páginas é o plano propriamente dito, trazendo os antecedentes dos planos anteriores; a situação atual da pós-graduação; projeções de crescimento da pós-graduação brasileira; considerações e recomendações sobre a avaliação do sistema; discussão sobre a importância da “inter(multi)disciplinariedade na pós-graduação” (V PNPG, 2010, p.133); traz também a discussão sobre as assimetrias do sistema referente a distribuição dos cursos de pós-graduação; coloca a melhoria na Educação Básica como um desafio que deve ser enfrentado para a melhora do desempenho dos alunos no ensino superior; reafirma a importância da pós-

graduação como formadora de recursos humanos a atender o mercado e aos programas nacionais, como o controle de fronteiras, a gestão dos recursos naturais, da energia, do agronegócio, da saúde, dentre outros; levanta também considerações e indicações referentes a internacionalização da pós-graduação e a cooperação internacional; sobre o financiamento da pós-graduação; revela a importância das agências como a CAPES, o CNPq as FAPs e outras que, como estas, financiam a pós-graduação, estabelecendo um novo papel para elas na busca de ampliar o sistema e diminuir as disparidades regionais; além de apontar a necessidade de favorecer a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade, e a necessidade de investimentos em novos projetos de educação à distância. As disparidades na distribuição dos programas de pós-graduação em território nacional também não passaram em branco neste plano. A distribuição regional indica a concentração de mais de 50% do seu total na região sudeste, sendo que o percentual relativo aos cursos de doutorado (59%) é superior àqueles do mestrado profissional (56%) e do mestrado (50%). Nas demais regiões brasileiras, o percentual de concentração de cursos vem caindo, principalmente na região sul, seguida pelo nordeste, centro-oeste e norte, onde os percentuais são de cerca de 3% para os cursos de doutorado, de 3% para os de mestrado profissional e de 5% para os de mestrado, demonstra o grande contraste em relação à região sudeste. O Quadro 04 mostra a assimetria na distribuição do número de programas de pós-graduação por 100.000 habitantes.

Quadro 04
Número de Programas de Pós-Graduação no Brasil por 100 mil habitantes



Fonte: Estatísticas da CAPES/MEC, IBGE. (apud V PNPG- Vol I, 2010, p.56)

O quadro revela que a maior concentração de programas por 100 mil habitantes é a do Distrito Federal, com um índice de 3,3, seguido pelo Rio Grande do Sul, com índice de 2,4. O Índice de Santa Catarina é maior do que o de São Paulo, 1,9 e 1,8, respectivamente, apesar de São Paulo ter o maior número de programas, 702. Isso ocorre porque o Estado de São Paulo apresenta a maior concentração populacional, de 39,83 milhões de pessoas, fazendo o índice ser menor.

O Volume II, com 608 páginas, traz documentos setoriais, textos que refletem sobre a pós-graduação em cada área, levantando os desafios e as possibilidades de superação. Chama a atenção o texto do cientista político Simon Schwartzman (V PNPG, Vol.II. 2010), que faz uma crítica a CAPES, considerada por ele um sistema muito centralizador e não adequado às

demandas do século XXI. Faz também apontamentos de mudanças que são, no mínimo, preocupantes para quem luta por uma universidade pública e de qualidade, como a possibilidade de se criar cursos sem prévia avaliação, investimento público em pesquisa de cursos privados, implementar um sistema de financiamento para programas de natureza acadêmica baseado exclusivamente em um padrão de qualidade internacional, e para programas de natureza aplicada, baseado na capacidade de conseguir firmar acordos com setores privados, além de instituir a cobrança de mensalidades nos cursos de pós-graduação públicos e privados.

Estes dois volumes que compõem o V PNPG, apontam a necessidade de redefinição do papel do mestrado, investindo nos mestrados profissionais, e possibilitando a passagem direta da graduação para o doutorado, sendo o grau de Mestre dado na metade do curso de doutorado. Considerado uma anomalia (V PNPG, Vol.II, p.36), o mestrado acadêmico, segundo o Volume I do plano (p.126), se tornou um “mini-doutorado” devido as condições conjunturais, de tempo necessário a formação dos profissionais capacitados a implementar o doutorado no país. No subitem “A Pós-Graduação no Brasil: onde está e para onde poderia ir”, de autoria da Dra. Maria Hermínia Tavares Almeida²¹, é feito um resumo das principais propostas de objetivo da pós-graduação para os próximos anos (V PNPG, Vol. II, 2010, p.17):

- Doutorado como objetivo da formação pós-graduada acadêmica. A critério das universidades, o título de Mestre poderá ser concedido ao se cumprir uma dada etapa do doutorado;
- Eliminação do mestrado acadêmico;
- Mestrado profissional como única modalidade de formação final neste estágio.

Sobre este processo de aligeiramento e facilitação da formação, em detrimento da qualidade, e em prol do capital, Guerra afirma que:

A compressão espaço-tempo, marca da nossa contemporaneidade, o movimento do capital na direção da sua financeirização, a lógica da fragmentação, do efêmero, do transitório, do passageiro, tudo isso restringe a plenitude e a totalidade da vida ao presente permanente, à naturalização dos processos sociais, aos facilitismos, imediatismos e aligeiramentos. Neste modelo, o melhor ensino é o mais barato, rápido e que oferece facilidades. Obedecendo a uma lógica mercantilista, pragmática e instrumental, a pós-graduação é instrumentalizada para responder diretamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado. (Guerra, 2011, p.138)

O V PNPG ainda faz referência a uma área que interessa profundamente ao Serviço Social: “O Desenvolvimento Social”(V PNPG, Vol. II, 2010, p.175). Neste item é abordada a

²¹ Professora titular de Ciência Política, Diretora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

ideia de “tecnologia de desenvolvimento social” que, de forma simplificada, sem o intuito de ser reducionista, são os meios acionados, desenvolvidos, para fazer responder as demandas sociais. Para o Serviço Social são as produções teóricas e práticas que remetem a superação das expressões da questão social. Para o autor deste item, o Dr. Emmanuel Zagury Tourinho²², este debate faz referência ao “desenvolvimento e transferência à população de tecnologias voltadas à geração de renda e superação do quadro de desigualdades, pobreza e exclusão social” (V PNPG, Vol.II, p.175). Ainda segundo este mesmo autor esta perspectiva está fundamentada na “dívida histórica do país com sua população, após décadas de um modelo de desenvolvimento excludente.”(V PNPG, Vol.II, p.175). Tourinho aponta a necessidade de investimento na pesquisa desta ordem, tanto financeira quanto de recursos humanos e intelectuais. Para ele a “palavra-chave para induzir maior investimento do SNPG nesta direção é avaliação”(V PNPG, Vol.II, p.188). Tourinho afirma que quando o sistema de avaliação apresentar critérios que respeitem a diferença entre a produção das áreas ligadas a Ciências Exatas, e produção das Ciências Sociais, induzindo o desenvolvimento tecnológico de maior qualidade e relevância, com efetiva inserção dessa tecnologia nos meios sociais, muito provavelmente experimentaremos um aumento da produção de TDS no sistema de pós-graduação.

É importante ressaltar que o intuito desta breve apresentação dos cinco Planos Nacionais de Pós-Graduação não é analisar aprofundadamente os mesmos, mas sim fazer um esclarecimento das intenções que sempre estiveram orientando a política nacional de pós-graduação brasileira. Ou seja, demonstrar que as orientações sempre estiveram ligadas a política econômica, direcionadas, mesmo quando o intuito maior era a formação de docentes, a atender demandas ligadas ao sistema de produção capitalista, e que este quadro vem se agudizando, apontando um futuro preocupante para o sistema público de ensino. Este levantamento é necessário para compreendermos a produção de conhecimento, para entendermos as condições sobre a qual o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina vem desenvolvendo seu trabalho, e sobre a qual os discentes e docentes estão construindo sua produção intelectual.

²² Doutor em Psicologia pela USP e Professor Titular da Universidade Federal do Pará, com atuação no curso de Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Exerce atualmente as funções de Coordenador da Área de Psicologia na CAPES e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará.

3.2 AVALIAÇÃO CAPES

Entre críticas e elogios, a CAPES se mantém como responsável pela avaliação da pós-graduação brasileira há 36 anos. O Sistema foi implantado pela CAPES em 1976, e desde então vem planejando e executando a avaliação, tanto dos Programas de Pós-Graduação como as Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação, conduzidas por comissões de consultores, vinculados a instituições das diferentes regiões do país. Segundo a CAPES (2012), a avaliação vem cumprindo os seguintes objetivos:

- estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;
- fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;
- impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação- SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
- contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
- contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;
- dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
- oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação²³.

A Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação, realizada pela CAPES é necessária para a admissão de novos programas e cursos ao Sistema Nacional de Pós-Graduação. É avaliada a qualidade das propostas e verificam-se itens que garantem o padrão

²³ É importante lembrar que tanto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES, quanto o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq concedem bolsas de estudo, porém são instituições separadas, cada uma com sua diretoria, orçamento e regulamento próprio. Sendo que o CNPq, criado em 15 de janeiro de 1951, é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para pesquisa no país. Enquanto a CAPES é uma fundação do Ministério da Educação voltada para a formação de recursos humanos de alto nível em todas as áreas do conhecimento e que, a partir de 2007, passou também a investir na formação de professores da educação básica.

de qualidade requerido para o nível de pós-graduação, encaminhando os resultados desse processo para fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento dos cursos.

A Avaliação dos Programas de Pós-Graduação, assunto ao qual vamos nos ater, teve dois modelos desde sua criação. No período de 1976 a 1997, os cursos foram avaliados e classificados através de conceitos que variavam de A a E, sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles contemplados com o conceito A. Em de 1998 a escala de conceituação mudou para o sistema numérico de 1 a 7, onde os cursos de padrão internacional são os classificados com os conceitos 6 e 7 (V PNPG, 2010, p.125).

A Avaliação dos Programas de Pós-Graduação, segundo a CAPES, compreende “a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG”. Tanto o acompanhamento anual, através da Ficha de Avaliação do Programa, como a Avaliação Trienal, é fundamentada na análise por pares, ou seja, a avaliação do Direito é feita por Doutores em Direito, da Engenharia por Doutores da Engenharia, a avaliação do Serviço Social é realizada por Doutores do Serviço Social.

O Acompanhamento Anual é realizado entre os anos de realização das avaliações trienais, com o objetivo de estabelecer um diálogo entre a CAPES e as instituições que mantêm os programas de mestrado e doutorado, possibilitando a orientação da atuação dos programas visando elevar a qualidade de seu desempenho e superar os problemas que eventualmente possam enfrentar. Nesta fase, o acompanhamento não atribui conceitos aos programas, faz apenas comentários e orientações considerados pertinentes pela Comissão de Área.

A Avaliação Trienal é realizada com base em vários quesitos como: Proposta do Programa; Corpo Docente; Corpo Discente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual; Inserção Social. Ao final, na "Ficha de Avaliação", os resultados da avaliação criteriosa de cada quesito compõem o conceito correspondente ao seu desempenho no triênio, na escala de 1 a 7, apresentando os atributos a eles consignados, com os comentários e justificativas da comissão avaliadora. O sistema permite a contestação dos resultados mediante apresentação de recurso contra a decisão inicial comunicada pela CAPES. A homologação dos resultados é feita pelo Ministro da Educação, e tem validade até a homologação dos resultados da Avaliação Trienal seguinte.

Segundo o texto sobre o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira, do V PNPG (2010), são três os eixos que caracterizam a avaliação: ela é feita por pares, oriundos das diferentes áreas do conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; ela tem uma natureza meritocrática, levando à classificação dos e nos campos disciplinares; ela associa

reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas.

Apesar de ser elogiada pelo papel fundamental que ocupa no sistema de pós-graduação brasileiro, a própria CAPES reconhece que o seu sistema de avaliação necessita de ajustes. No V PNPG, a CAPES afirma que a “avaliação do desempenho das universidades coligadas, recaiu sobre a combinação de parâmetros acadêmicos (produção de livros e *papers*, dissertações e teses de teor acadêmico, etc.) e critérios quantitativos” (V PNPG, Vol I, 2010, p.126). Afirma ainda que

Historicamente, houve a hegemonia ou a predominância de critérios, culturas e procedimentos das ciências exatas e naturais, as quais migraram para outras áreas e funcionaram como uma camisa de força. No curso dos anos, o taylorismo intelectual e o imperativo do *publish* ou *perish* invadiram todas as áreas e isso refletiu na avaliação, com o predomínio da quantidade sobre a qualidade. [...] a periodicidade da avaliação continua sendo excessivamente curta para as necessidades dos programas, que mal têm tempo para esperar pelos efeitos das mudanças implementadas e adensar as propostas e os resultados delas decorrentes. (V PNPG, Vol I, 2010, p.127)

O fato é que, apesar de reconhecer as “distorções e necessidades de ajustes” (V PNPG, Vol I, 2010, p.125), e definir que os princípios que devem nortear o sistema de avaliação no período de vigência do plano são “adversidade e a busca pelo contínuo aperfeiçoamento, que deverão ser observados pelos Comitês e as instâncias superiores” (V PNPG, Vol I, 2010, p.127), a tendência de mercantilização, reforçando o sistema capitalista, continua forte na base da CAPES. Um bom exemplo é a recomendação que o plano faz com relação a avaliação de novas propostas de programas de natureza aplicada, que segundo o V PNPG, deverá

incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra-acadêmico, contemplando assim a geração de tecnologia e de recursos humanos qualificados voltados para os setores empresariais, de serviços e das esferas governamentais. (p.131)

O sistema também é alvo de crítica no meio acadêmico. A Dra. Claudia Fonseca, em seu artigo “Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo”, publicado na revista Horizontes Antropológicos²⁴ nº16 em 2001, levanta questões interessantes mediante sua atuação no primeiro processo de avaliação após as mudanças implantadas pela CAPES em 1998. Segundo a autora

²⁴ Versão impressa ISSN 0104-7183.

Com as mudanças introduzidas em 1998, a CAPES visava uma ruptura e atingiu seu alvo. Quase a metade dos programas avaliados (considerando todas as áreas disciplinares) não acatou o conceito atribuído, entrando com recursos para receber uma reavaliação. Surgiu um clima tenso, marcado pela desconfiança e a concorrência. (Fonseca, 2001)

Ao citar Strathern, Fonseca (2001) afirma que neste modelo não há mais lugar nas atividades de pesquisa para "períodos vazios", só de reflexão, pois os resultados devem ser imediatos e regulares já que o que conta é a melhor performance, “aquela que melhor corresponde aos parâmetros da avaliação”. Levanta ainda outro problema desta cultura de avaliação, a “descontextualização de técnicas de ensino e procedimentos de pesquisa”, que gera problemas como não levar em conta o tempo necessário para a boa produção do conhecimento.

as idéias que produzimos até hoje foram fruto de um processo de reflexão e amadurecimento que exige tempo. O sistema de avaliação parece atropelar esse processo, arriscando estancar a criatividade, que é parte integrante da reflexão acadêmica. (Fonseca, 2001)

Se os resultados devem ser imediatos e o que conta é a melhor performance, como demonstrar esta atuação? A resposta é: publicando! E, de preferência como cita Narvai (2009. p3), “em periódicos bem qualificados, publicados fora do país, e citando o menor número possível de trabalhos brasileiros”, já que se valorizam pesquisas de interesse global, aferidos pelo número de citações dos textos em nível internacional, passando a ideia de que trabalhos nacionais são de qualidade inferior devido ao índice de citação ser baixo. Surge então mais uma crítica recorrente ao sistema de avaliação da CAPES, a indução ao “produtivismo” e as contradições do sistema Qualis de classificação dos periódicos.

Segundo a CAPES²⁵, Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. O resultado deste processo é a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção, em estratos que indicam a qualidade, sendo: A1; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C, onde o A1 é o com peso mais elevado e o C com peso zero. Esta lista²⁶ é atualizada anualmente, podendo ser classificado e receber classificação diferente para áreas de conhecimento diferentes dependendo de sua relevância para cada área.

²⁵ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis/>. Acesso em: julho de 2012.

²⁶ A lista com a classificação dos periódicos e os critérios de classificação pode ser acessada no site; <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>. Acesso em: julho de 2012.

Neste ponto, Narvai alerta que

Com o sistema Qualis foi se consolidando, porém, uma tendência de não ver o processo de avaliação dos programas como um recurso para melhorar a qualidade de cada PPG, identificando seus problemas e reorientando-o segundo seus objetivos que, admite-se, devem contribuir para fazer avançar o conhecimento científico em geral e, também, ajudar a resolver os problemas do país e da região em que cada PPG é desenvolvido. (Narvai, 2009, p.3)

O que ocorreu, segundo Narvai, foi a consolidação de uma avaliação baseada na “internacionalização da ciência brasileira”, em que se cria um referencial nos programas em que a produção é aquela alinhada com o que se pesquisa internacionalmente, e não valoriza os estudos dedicados a solucionar problemas nacionais. Desta forma, a preocupação predominante é o ranqueamento dos programas, com a finalidade de dizer quem é o primeiro, o segundo, e assim por diante.

Fonseca (2001) ainda recorda que, já nas primeiras avaliações nestes moldes, a maioria dos Comitês de avaliação deu maior destaque à categoria "produção intelectual", pois partiam da lógica que um bom pesquisador deve mostrar resultados através de publicações em veículos de grande circulação, de reconhecido mérito e ampla divulgação. “Dessa forma o docente integra-se a debates acadêmicos de abrangência internacional” (Fonseca, 2001).

Segundo Carvalho; Silva e Silva (2005), a reforma do sistema de avaliação da CAPES em 1998 vem para reforçar o sistema mercantilizado do ensino brasileiro, estabelecendo novos padrões e competências, visando também a inserção no contexto internacional, através de um modelo de pressão pela produtividade, avaliando termos quantitativos em detrimento dos qualitativos, transformando todo processo de trabalho e construção do conhecimento em atributos: muito bom, bom, regular, fraco, deficiente.

É neste contexto que se desenvolve a produção do conhecimento no mestrado em Serviço Social da UFSC. Pressionado pela mercantilização da educação, tensionado pela necessidade de “produtivismo”.

4. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

4.1 UM PANORAMA DAS DISSERTAÇÕES

As dissertações foram cuidadosa e exaustivamente analisadas uma a uma e cadastradas em uma planilha no Excel. Nesta planilha foram registrados:

- Título da dissertação;
- Autor;
- Orientador;
- Data de defesa da dissertação;
- Linha de pesquisa vinculada;
- Palavras chave;
- Data de entrada no Programa;
- Situação com relação à bolsa (se foi contemplado com bolsa CAPES ou REUNI por, pelo menos, uma fração do tempo de permanência no mestrado);
- Tempo total para a titulação.

Algumas Dissertações não foram encontradas (4 no total), nem no programa, nem no site da Biblioteca Universitária, sendo necessário recorrer aos documentos disponíveis na secretaria da Pós-Graduação para o preenchimento da pesquisa. Recorremos a estes documentos por várias vezes devido ao desencontro de informações, ou simplesmente a falta delas. Principalmente os discentes mais antigos não possuem dados 100% confiáveis, portanto o que apresentamos aqui é fruto de um esforço muito grande, mas que é uma aproximação da realidade do programa. Os dados levantados foram analisados e cruzados a fim de vislumbrarmos um panorama desta realidade, através dos quesitos “Linhas de Pesquisa”, “Tempo para Titulação”, “Relação de Bolsa”, e “Orientadores”.

Durante o período de oito anos (2001 – 2008) ingressaram no programa 106 alunos, sendo que concluíram a titulação 93 pessoas, 4 ainda não haviam concluído até o final de 2010 e 9 se desligaram do Programa, configurando uma evasão de 8,5%. Dos que se desligaram, 2 retornaram ao programa para concluir a titulação.

4.1.1 Linhas de Pesquisa

Atualmente, segundo o site do PPGSS²⁷, o programa apresenta três linhas de pesquisa, sendo elas: Direitos, Sociedade Civil, Políticas Sociais na América Latina (Linha 1); Serviço Social, Ética E Formação Profissional (Linha 2); Questão Social, Trabalho E Emancipação Humana (Linha 3). Estas Linhas de pesquisa são desdobramentos das duas linhas anteriores, Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais, e Serviço Social, Exclusão e Cidadania. Tal alteração foi necessária para melhor adequar as linhas a área de concentração do programa, que é Serviço Social, direitos humanos e questão social que foi mantida; para acompanhar a dinâmica de mudanças e contradições do sistema capitalista, onde a questão social²⁸ se reproduz; para manter coerência com as atividades de pesquisa dos núcleos e a publicação docente e discente; enfim, para acompanhar o crescimento, desenvolvimento e mudanças do programa ao longo do tempo.

Como a pesquisa se refere as dissertações dos discentes que se vincularam ao programa até 2008, se inseriram em uma das duas linhas, anteriores a mudança necessária em 2010: ou “Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais”, ou “Serviço Social, Exclusão e Cidadania”.

Dos que concluíram a titulação até o final do ano de 2010, levantamos que 59,1% se vincularam a linha de pesquisa “Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais” (55 alunos), e 40,9% a linha “Serviço Social, Exclusão e Cidadania” (38 alunos). É importante destacar que, como mostra o Quadro 05, principalmente nos últimos três anos de entrada no mestrado, a grande maioria dos discentes se vinculou a linha “Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais”, totalizando 21, enquanto os que se vincularam a linha “Serviço Social, Exclusão e Cidadania” somaram apenas 6.

²⁷ Fonte: PPGSS/UFSC.<http://ppgss.ufsc.br/area-de-concentracao-e-linhas-2/> . Acesso em: junho de 2012.

²⁸ Neste momento, compreendo a questão social nos moldes de Yamamoto e Carvalho: “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mas além da caridade e repressão” (1998, p.77).

Quadro 05
Relação de discentes vinculados a cada linha de pesquisa, segundo o ano de entrada no Programa

Ano	Linha 1*	Linha 2**	Total de alunos
2001	10	3	13
2002	4	9	13
2003	7	8	15
2004	8	5	13
2005	5	7	12
2006	8	0	8
2007	6	2	8
2008	7	4	11 ²⁹

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória para levantamento de dados sobre as Dissertações do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

*Linha 1: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais

**Linha 2: Serviço Social, Exclusão e Cidadania

4.1.2 Tempo para titulação

Segundo a CAPES, o Ministério da Educação não tem normas fixando o limite para entrega de dissertação. Esta questão fica a cargo do Programa de Pós-Graduação definir, diz respeito a autonomia universitária. O PPGSS/UFSC determina o tempo de, no mínimo 12 meses e, no máximo 24 meses para a conclusão da titulação de Mestre, e, conforme Regimento Interno, Art. 24, parágrafo 2º,

poderão ser submetidos ao Colegiado pedidos de prorrogação de matrícula no PPGSS por seis meses. Uma nova prorrogação, por no máximo igual período, será concedida apenas para alunos que apresentarem uma primeira versão completa do Trabalho de Conclusão. Em ambos os casos a demanda deverá ser devidamente justificada pelo aluno e receber parecer favorável do seu orientador.

²⁹ Até o final de 2010 ainda havia 4 mestrandos em processo de titulação sendo, portanto, 15 os discentes que ingressaram em 2008.

O tempo médio de titulação é um quesito importante para a avaliação do Programa. Segundo o Documento de Área 2009 da CAPES para o Serviço Social, este item está no critério III da avaliação – Corpo Discente, Teses e Dissertações -, que tem peso proposto pela área de 30% da nota. A média aceitável para a área do Serviço Social, segundo o documento da CAPES, é de até 30 meses para receber como resultado da avaliação o conceito “muito bom”. Analisando o tempo médio para titulação por linha de pesquisa (Quadro 06), conclui-se que a linha “Serviço Social, Exclusão e Cidadania” - linha 2, necessitou um tempo ligeiramente maior que a linha “Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais”- linha 1.

Quadro 06
Tempo médio de defesa por Linha de Pesquisa (2001-2008)

Tempo	Linha 1*	Linha 2**
médio para defesa:	29,8	30,7
máximo para defesa:	38,0	44,6
mínimo para defesa:	15,8	16,9

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória para levantamento de dados sobre as Dissertações do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

* Linha: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais

**Linha: Serviço Social, Exclusão e Cidadania

Ao olharmos o tempo para a titulação dos discentes veremos que há uma demora maior que os 24 meses que o Programa prioriza, sendo que o tempo médio de titulação foi de 30,2 meses, o tempo máximo foi de 44,6 meses, e o tempo mínimo de 15,8 meses. Podemos perceber, também, que este tempo diminuiu se compararmos os quatro primeiros anos com os últimos quatro anos (Quadro 07).

Quadro 07
Tempo médio de titulação por ano de entrada no Mestrado

Ano	Tempo médio, em meses, para a titulação
2001	28,8
2002	32,8
2003	30,0
2004	31,6
2005	30,8
2006	29,4
2007	28,3
2008	28,6

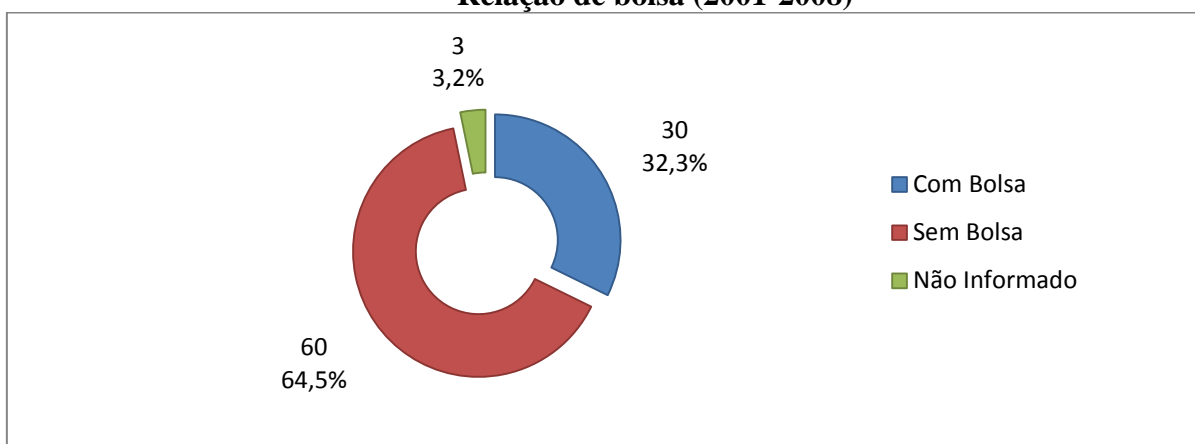
Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória para levantamento de dados sobre as Dissertações do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

Nos quatro primeiros anos, de 2001 a 2004, o tempo médio foi de 30,8 meses, enquanto os discentes que entraram no programa nos quatro últimos anos analisados, de 2005 a 2008, o tempo médio para a titulação foi de 29,3 meses. Portanto, a média atingida pelo Programa nos últimos anos, atende satisfatoriamente as exigências. Não foram objeto deste estudo os motivos desta alteração do tempo de entrega das dissertações, mas podemos identificar um ponto importante no item a seguir.

4.1.3 Relação de bolsa

A pesquisa indica que esta diminuição do tempo para a conclusão do mestrado está diretamente relacionada ao número de bolsistas no programa. Identificamos que 30 discentes (32,3%) receberam bolsa CAPES ou REUNI por, pelo menos, uma fração do período de permanência no mestrado (Gráfico 01).

Gráfico 01
Relação de bolsa (2001-2008)



Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória para levantamento de dados sobre as Dissertações do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

A princípio, podemos supor que este dado é um reflexo do IV PNPG que, apesar de priorizar as áreas ligadas diretamente a produção econômica, como Engenharia e Ciências da Terra, possibilitou o aumento de bolsas para o Serviço Social (Quadro 08), fazendo diminuir significativamente o tempo médio para a titulação, devido ao fato de criar condições para dedicação integral ao estudo e a pesquisa.

Quadro 08
Tempo médio de defesa por ano de entrada no Mestrado dos que dispuseram de bolsa

Ano	Tempo	Nº de alunos	% de alunos
2001	24,1	04	36,4%
2002	31,4	02	16,7%
2003	22,7	03	20,0%
2004	24,6	02	15,4%
2005	28,5	04	33,3%
2006	27,0	03	37,5%
2007	22,7	04	50,0%
2008	27,7	08	72,7%

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória para levantamento de dados sobre as Dissertações do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

Esta afirmação se sustenta quando comparamos com os dados dos discentes que não dispuseram de bolsa (Quadro 09), mostrando um tempo médio para titulação de 32,2 meses, sendo que para os bolsistas o tempo médio foi de 26,1 meses.

Quadro 09
Tempo médio de defesa por ano de entrada no Mestrado
dos que não dispuseram de bolsa

Ano	Tempo	Nº de alunos	% de alunos
2001	31,0	07	63,6%
2002	33,2	10	83,3%
2003	31,8	12	80,0%
2004	32,9	11	84,6%
2005	32,0	08	66,7%
2006	30,8	05	62,5%
2007	33,9	04	50,0%
2008	31,2	03	27,3%

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória para levantamento de dados sobre as Dissertações do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

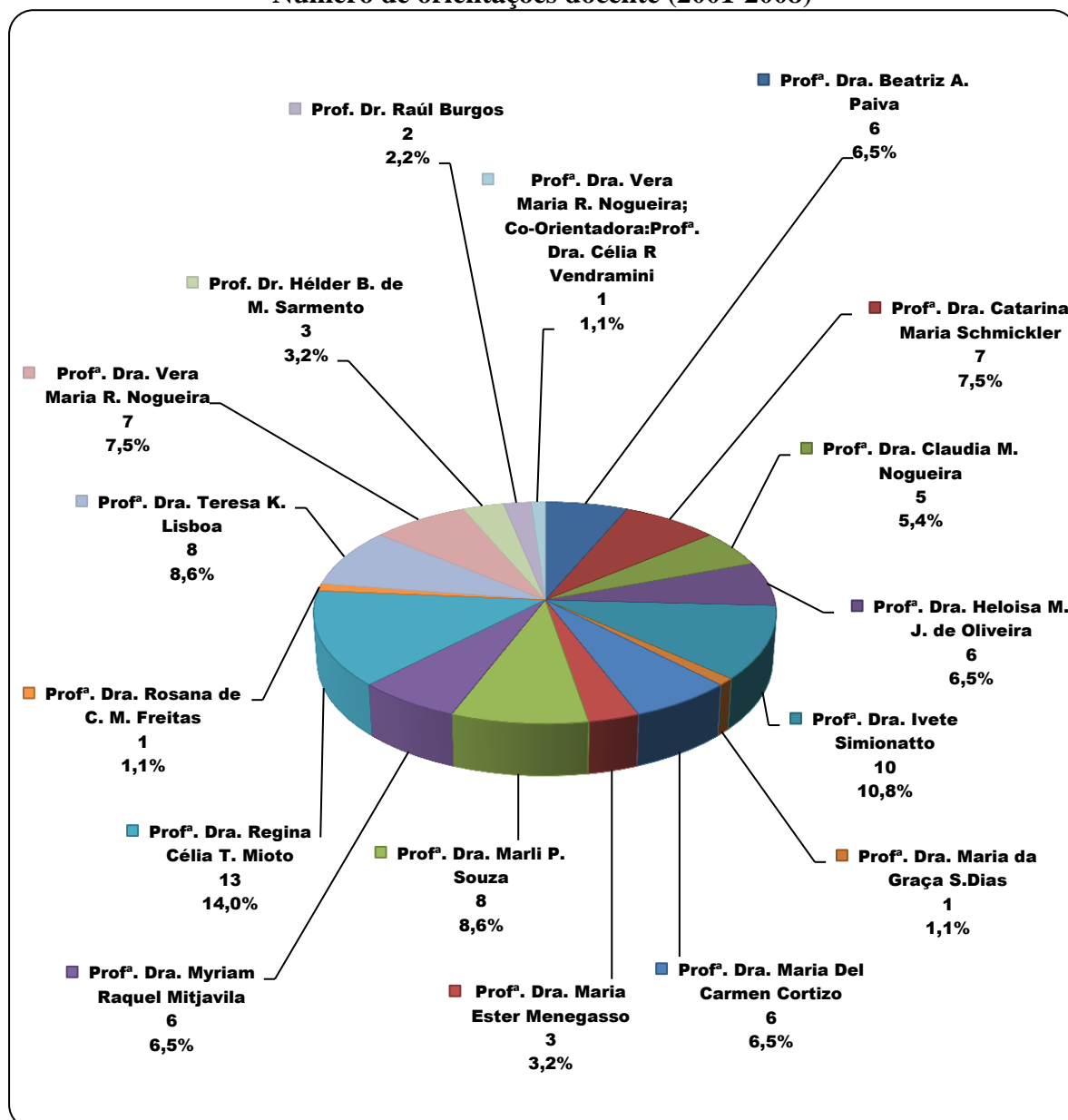
Para o programa, as bolsas trazem grandes contribuições. Além de possibilitar a diminuição do tempo médio para titulação, como demonstrado acima, a dedicação exclusiva dos discentes possibilita dispor de mais tempo para a produção intelectual. Estes aspectos impactam diretamente na avaliação do programa pela CAPES.

4.1.4 Orientadores

As 93 dissertações apresentam 17 Professores-Orientadores diferentes. O gráfico abaixo (Gráfico 02) mostra a divisão da orientação em percentagem (%) por professor – orientador, sendo que a média de orientação é de 5 dissertações (5,5%), e a docente que mais

orientou foi a Prof^a. Dra. Regina Célia Tamaso Mioto, que dispõe de 14% das orientações. Os que menos orientaram foram a Prof^a. Dra. Maria da Graça Santos Dias, e Prof^a. Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, com apenas uma orientação cada.

Gráfico 02
Número de orientações docente (2001-2008)



Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória para levantamento de dados sobre as Dissertações do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

É necessário levar em conta que os orientadores se vincularam ao programa em períodos diferentes. O Quadro 10 revela o tempo, em meses, de permanência de cada orientador. Este quadro foi elaborado com base nas informações das dissertações, sendo assim, tomo como referência a data de início da primeira orientação e a data da última

orientação no período relevante para esta pesquisa – 2001 a 2010. Destacam-se as professoras Dra. Beatriz Augusto Paiva, Dra. Marli Palma Souza, Dra. Regina Célia Tamaso Mioto, Dra. Teresa Kleba Lisboa, com maior tempo de permanência, no programa desde o início. Os professores com menos tempo, e ainda em atividade em 2010 são Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas e Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento, como podemos observar abaixo (Quadro 10).

Quadro 10
Tempo de permanência do orientador- com base nas dissertações (2001-2008)

Orientador	Início das orientações	Termino das orientações	Tempo no Programa (em meses)
Profª. Dra. Beatriz Augusto Paiva	agosto/2001	maio/2010	108
Profª. Dra. Catarina Maria Schmickler	agosto/2001	dezembro/2007	78
Profª. Dra. Claudia Mazzei Nogueira	agosto/2005	dezembro/2010	65
Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento	agosto/2007	maio/2010	34
Profª. Dra. Heloisa Maria José de Oliveira	agosto/2001	abril/2006	57
Profª. Dra. Ivete Simionatto	agosto/2002	agosto/2010	98
Profª. Dra. Maria da Graça Santos Dias	agosto/2001	março/2004	32
Profª. Dra. Maria Del Carmen Cortizo	agosto/2002	abril/2009	82
Profª. Dra. Maria Ester Menegasso	agosto/2001	dezembro/2004	41
Profª. Dra. Marli Palma Souza	agosto/2001	dezembro/2010	114
Profª. Dra. Myriam Raquel Mitjavila	agosto/2002	fevereiro/2010	92
Prof. Dr. Raúl Burgos	agosto/2001	março/2006	57
Profª. Dra. Regina Célia Tamaso Mioto	agosto/2001	fevereiro/2010	104
Profª. Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas	março/2008	fevereiro/2010	24
Profª. Dra. Teresa Kleba Lisboa	agosto/2001	maio/2010	107
Profª. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira	agosto/2003	maio/2010	82
Profª. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira; Co-Orientadora: Profª. Dra. Célia Regina Vendramini	agosto/2003	julho/2006	37

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória para levantamento de dados sobre as Dissertações do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

É interessante observarmos (Quadro 11) que a média aritmética do volume de orientações- calculada com base no número de orientações, dividida pelo quociente da divisão do tempo de vinculação do orientador, pelo tempo médio de titulação do programa, que é de 30,2 meses como indicado no item 4.1.2 (Tempo para titulação), e representada pela fórmula

matemática³⁰ $Ma = \frac{No}{To \div Td}$ -, não é, necessariamente, proporcional ao tempo de vinculação dos orientadores ao programa. Um exemplo é a comparação entre a Professora Dra. Beatriz Augusto Paiva, com 108 meses de atuação e uma média de 1,7 orientações a cada período de 30,2 meses; e o Professor Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento, com 34 meses de atuação e média de 2,6 orientações. Destaca-se a Professora Dra. Regina Célia Tamaso Miotto, com uma média de 3,8 orientações a cada período de 30,2 meses.

Quadro 11
Média aritmética do volume de orientações (2001-2008)

Orientador	Nº. Orientações	Tempo no Programa (em meses)	Média
Profª. Dra. Beatriz Augusto Paiva	6	108	1,7
Profª. Dra. Catarina Maria Schmickler	7	78	2,7
Profª. Dra. Claudia Mazzei Nogueira	5	65	2,3
Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento	3	34	2,6
Profª. Dra. Heloisa Maria José de Oliveira	6	57	3,2
Profª. Dra. Ivete Simionatto	10	98	3,1
Profª. Dra. Maria da Graça Santos Dias	1	32	1,0
Profª. Dra. Maria Del Carmen Cortizo	6	82	2,2
Profª. Dra. Maria Ester Menegasso	3	41	2,2
Profª. Dra. Marli Palma Souza	8	114	2,1
Profª. Dra. Myriam Raquel Mitjavila	6	92	2,0
Prof. Dr. Raúl Burgos	2	57	1,1
Profª. Dra. Regina Célia Tamaso Miotto	13	104	3,8
Profª. Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas	1	24	1,2
Profª. Dra. Teresa Kleba Lisboa	8	107	2,3
Profª. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira	7	82	2,6
Profª. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira; Co-Orientadora: Profª. Dra. Célia Regina Vendramini	1	37	0,8

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória para levantamento de dados sobre as Dissertações do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

O próximo Quadro (Quadro12) mostra em detalhes o número de orientações totais de cada docente, registrando a quantidade de orientações por linha de pesquisa e o tempo médio que cada um se dedicou até finalizar a orientação. Este Quadro demonstra que cada docente

³⁰ Sendo que: Ma= média aritmética; No= número de orientações; To= tempo de vinculação do orientador ao programa; e Td= tempo médio para titulação.

tende a orientar um maior número de dissertações ou na linha “Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais” (12 docentes) ou na linha “Serviço Social, Exclusão e Cidadania” (4 docentes) e apenas a orientadora Prof^a. Dra. Maria Del Carmen Cortizo fez o mesmo número de orientações nas duas linhas.

Quadro12
Dados gerais da relação docente/orientação (2001-2008)

ORIENTADOR	Nº.de orientações Linha 1*	Nº. de orientações Linha 2**	Nº de orientações	Tempo médio em meses
Prof ^a . Dra. Beatriz Augusto Paiva	5	1	6	32,3
Prof ^a . Dra. Catarina Maria Schmickler	1	6	7	30,8
Prof ^a . Dra. Claudia Mazzei Nogueira	5	0	5	29,8
Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento	2	1	3	30,4
Prof ^a . Dra. Heloisa Maria José de Oliveira	6	0	6	32,7
Prof ^a . Dra. Ivete Simionatto	9	1	10	27,9
Prof ^a . Dra. Maria da Graça Santos Dias	1	0	1	31,7
Prof ^a . Dra. Maria Del Carmen Cortizo	3	3	6	37,1
Prof ^a . Dra. Maria Ester Menegasso	2	1	3	25,1
Prof ^a . Dra. Marli Palma Souza	1	7	8	30,0
Prof ^a . Dra. Myriam Raquel Mitjavila	1	5	6	27,9
Prof. Dr. Raúl Burgos	2	0	2	30,5
Prof ^a . Dra. Regina Célia TamassoMioto	7	6	13	30,9
Prof ^a . Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas	1	0	1	24,2
Prof ^a . Dra. Teresa Kleba Lisboa	2	6	8	27,4
Prof ^a . Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira	6	1	7	29,1
Prof ^a . Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira; Co-orientadora: Prof. ^a . Dra. Célia Regina Vendramini	1	0	1	36,5

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória para levantamento de dados sobre as Dissertações do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

*Linha 1: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais

**Linha 2: Serviço Social, Exclusão e Cidadania

4.2 PANORAMA DA PUBLICAÇÃO SEGUNDO DADOS DO CURRÍCULO LATTES

Nesta segunda etapa da pesquisa, através da Plataforma Lattes, foram levantados os dados da produção intelectual de todos os mesmos 93 discentes que analisamos as dissertações.

Foram pesquisados os dados da produção intelectual dos discentes com base nos critérios de avaliação do Programa de Pós-Graduação estabelecidos pela CAPES, que analisa a produção desde o egresso do discente no programa até três anos após a titulação. É importante frisar que a pesquisa se limita as informações disponíveis na Plataforma Lattes, podendo haver desvios da realidade pelo fato desse sistema ser alimentado pelos próprios discentes, dependendo da disponibilização dos dados que cada um achar conveniente.

Dos 93 discentes que defenderam dissertação, 86 tinham currículo Lattes atualizado a ponto de permitir a pesquisa (92,42%), um estava desatualizado (1,08%), com data da última atualização de cerca de dois meses antes da data de ingresso no mestrado, e 6 não tinham currículo Lattes (6,45%).

Dos 86 currículos que puderam ser analisados, 65 (75,58%) possuíam ao menos uma publicação e 21 (24,42%) não possuíam nenhuma publicação. A classificação do número de discentes autores, segundo critérios da CAPES, é de “muito bom”, pois possui mais de 30% de discentes autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente.

O total de publicações foi de 522, divididas conforme demonstra o Gráfico abaixo (Gráfico 03).

Gráfico 03
Divisão da produção intelectual dos discentes que ingressaram no PPGSS/UFSC de 2001 a 2008



Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória, na Plataforma Lattes, para levantamento de dados sobre a produção intelectual dos discentes do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

Podemos notar também que, a maior parte das publicações se concentra em trabalhos completos publicados em anais de congressos, totalizando 228 publicações, seguido de resumos publicados em anais de congressos, totalizando 126 publicações. Se somarmos as publicações em congressos, veremos que representam 75,67% de toda publicação do mestrado. É importante ressaltar que, segundo a CAPES (2009), a publicação de artigos, classificados segundo o sistema Qualis, tem um peso maior na avaliação. Desta forma, podemos considerar que o número de discentes que publicaram algum tipo de artigo é relativamente baixo (36 no total).

A relação entre o número de bolsistas e o número de produção intelectual, parece ter a mesma tendência que a relação de bolsistas e a diminuição do tempo médio para a titulação, pois o número relativo de autores e o número médio de publicações em relação ao corpo discente tem aumentado nos últimos anos pesquisados, como revela o Quadro 13. É importante salientar que o ano de 2008 ainda pode sofrer alterações nos dados já que a análise levou em conta apenas os discentes que já haviam concluído a titulação, e que até a data final da pesquisa ainda não havia sido atingido o prazo de três anos utilizados como critério para análise.

Quadro 13
Total das publicações por ano de egresso no mestrado

Ano	Total de discentes	Nº de discentes c/ produção	Total de produção do ano referido	% do total da produção discente no programa	Média de produção
2001	13	10	77	14,75%	5,92
2002	13	9	42	8,05%	3,23
2003	15	7	50	9,58%	3,33
2004	13	10	55	10,54%	4,23
2005	12	9	92	17,62%	7,67
2006	8	5	56	10,73%	7,00
2007	8	8	101	19,35%	12,63
2008	11	7	49	9,39%	4,45

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória, na Plataforma Lattes, para levantamento de dados sobre a produção intelectual dos discentes do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

Segundo a CAPES (2009), todas as dissertações devem gerar publicações que serão analisadas segundo o Qualis Periódicos e Qualificação de Livros da área. A produção

intelectual tem um peso de 40% na avaliação. São levados em consideração a qualificação das publicações (40% de peso neste quesito), a distribuição das publicações em relação ao corpo discente (30% de peso neste quesito), e publicações técnicas, patentes e outras publicações consideradas relevantes (30% de peso neste quesito). O foco desta pesquisa foram as publicações, descartando-se o último quesito, por neste momento não ter competência técnica para julgar o que seria considerado relevante ou não em termos de publicação, que não se enquadre nos itens anteriores. E, pelo tempo disponível para a pesquisa, não pude me aprofundar na qualificação de cada uma das 522 publicações encontradas. Aprofundei-me, portanto, no quesito distribuição das publicações em relação ao corpo discente.

O Documento de Área 2009 da CAPES não revela claramente como foi avaliado, discriminando os valores e as percentagens ideais para cada item, porém a partir do documento “Critérios de Avaliação de 2007” da própria CAPES, podemos ter uma ideia do peso de cada item. Segundo este documento, para conseguir a classificação “Muito Bom” na avaliação do número de publicação de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos, do conjunto dos discentes da pós-graduação, é necessário que mais de 20% do corpo discente tenha publicado nas categorias citadas. Se levarmos em consideração toda a produção intelectual dos discentes no período analisado, veremos que 41,94% (39 discentes) publicaram um total de 127 trabalhos, sendo 88 artigos, 32 capítulos de livro, e 7 livros. Como citado acima, não pudemos classificar esta produção segundo o Qualis Periódicos e Qualificação de Livros da área, mas a título de informação, segundo a CAPES (2012), existe para a área do Serviço Social 612 periódicos³¹, classificados como mostra o Quadro 14.

Quadro 14

Distribuição dos periódicos para publicação do Serviço Social, segundo o estrato Qualis

A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C
9	33	65	77	61	79	134	154

Fonte: CAPES, 2012.

Na avaliação da publicação de trabalhos em anais por discentes da pós-graduação, a classificação “Muito Bom” é conferida ao programa que apresenta mais de 30% dos discentes com publicações, sendo que o que encontramos no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC é uma publicação com participação de 63,44% dos discentes (59 discentes).

³¹ Para acessar a relação completa dos periódicos: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaListaCompletaPeriodicos.faces>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

Com estes dados podemos concluir que a participação dos discentes na produção do programa é muito boa, afinal, a maioria dos discentes está publicando. Porém, é importante alertar sobre a concentração dessa produção. A pesquisa revelou que os 12 discentes que mais produziram no período analisado detêm 51,72% da produção total do programa (270 publicações), com destaque para o discente Ismael Francisco de Souza que, sozinho detém aproximadamente 9% de toda a publicação.

A CAPES, no Documento de Área de 2009, lista a publicação qualificada do corpo docente do Programa como um importante item de avaliação. Neste item, este documento estabelece a produção em co-autoria com o corpo discente com peso de 30% da nota no quesito “Produção Intelectual”, porém não faz maiores esclarecimentos quanto aos critérios de avaliação. Novamente recorremos ao documento “Critérios de Avaliação de 2007” para traçarmos algumas considerações.

Como indicado anteriormente, no período analisado pela pesquisa, os discentes do programa somavam 522 publicações. Destas, 110 publicações foram em co-autoria, 21,7% do total das publicações, com 29 discentes (31,18%), sendo que o critério pra a classificação “Muito Bom” é de no mínimo 40% (CAPES 2007).

Podemos observar no Quadro 15 a publicação em co-autoria por ano de egresso no programa. Vemos que a produção dos discentes que entraram no programa em 2008 e, portanto, tiveram a produção até 2012 analisada, apresenta 55,10% em co-autoria, representando 24,5 % do total da produção nesta modalidade, porém representa apenas 5,17% do total da produção analisada.

Quadro 15
Publicações em co-autoria

Ano	Total de discentes	Nº de discentes c/ produção	Total de produção do ano referido	Número de produção em co-autoria com o orientador	% do produzido do ano referido, que se caracteriza em co-autoria	% do total produzido com orientador	% do total da produção geral dos discentes do programa
2001	13	10	77	0	0,00%	0,0%	0,00%
2002	13	9	42	2	4,76%	1,8%	0,38%
2003	15	7	50	2	4,00%	1,8%	0,38%
2004	13	10	55	23	41,82%	20,9%	4,41%
2005	12	9	92	21	22,83%	19,1%	4,02%
2006	8	5	56	9	16,07%	8,2%	1,72%
2007	8	8	101	26	25,74%	23,6%	4,98%
2008	11	7	49	27	55,10%	24,5%	5,17%

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória, na Plataforma Lattes, para levantamento de dados sobre a produção intelectual dos discentes do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

A pesquisa revelou também que a publicação no período de três anos após a titulação continua bastante ativa. Como mostra o Quadro 16, 45,21% da publicação discente é após a conclusão do mestrado, possivelmente há a publicação dos resultados dos estudos e pesquisas para a conclusão da dissertação.

Quadro 16
Publicações no período de titulação e após titulação

Ano	Período da titulação				Após-titulação			
	nº de produção	%	c/ orientador	%	nº de produção	%	c/ orientador	%
2001	35	12,24%	0	0,00%	42	17,80%	0	0,00%
2002	36	12,59%	2	0,85%	6	2,54%	0	0,00%
2003	22	7,69%	2	0,85%	28	11,86%	0	0,00%
2004	38	13,29%	17	7,20%	17	7,20%	6	16,67%
2005	42	14,69%	15	6,36%	50	21,19%	6	16,67%
2006	35	12,24%	5	2,12%	21	8,90%	4	11,11%
2007	36	12,59%	12	5,08%	65	27,54%	14	38,89%
2008	42	14,69%	21	8,90%	7	2,97%	6	16,67%
Totais	286	54,79%	74	67,27%	236	45,21%	36	32,73%

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória, na Plataforma Lattes, para levantamento de dados sobre a produção intelectual dos discentes do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

Porém, o mesmo quadro revela que a produção em co-autoria diminui sensivelmente após o período de titulação, apenas 32,73% é no referido período, sendo que a maioria desta produção está concentrada em poucos discentes e docentes que conseguiram criar estratégias e uma dinâmica de produção diferenciada. Como revela o Quadro 17, a orientadora Prof^a. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira, que tem os discentes com a maior média, 16 publicações, tem apenas a quinta maior média de produção em co-autoria (2,5 publicações por discente). Enquanto isso, a Prof^a. Dra. Beatriz Augusto Paiva tem uma média de publicação em co-autoria aproximadamente quatro vezes maior (15 publicações com cada orientando) que a média geral do programa, que é de 3,75.

Quadro 17
Total das publicações, segundo o orientador

Professor	Nº de discentes orientados, com publicação	% de discentes do programa	Total de publicações dos discentes, segundo o orientador	% da produção do programa	Média de produção por discente	Nº de discentes que publicaram com o orientador	Total da produção com o orientador	% da produção dos discentes com o orientador	% da produção, em co-autoria, total do programa	Média de produção conjunta por discente
Profª. Dra. Beatriz A. Paiva	4	6,15%	44	8,43%	11	2	30	68,18%	27,3%	15,0
Profª. Dra. Catarina M.Schmickler	4	6,15%	21	4,02%	5,25	1	10	47,62%	9,1%	10,0
Profª. Dra. Cláudia M. Nogueira	3	4,62%	17	3,26%	5,67	1	2	11,76%	1,8%	2,0
Prof. Dr. Hélder B.M. Sarmento	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0,0%	0,0
Profª. Dra. Heloisa M.J. de Oliveira	2	3,08%	10	1,92%	5	1	1	10,00%	0,9%	1,0
Profª. Dra. Ivete Simionatto	7	10,77%	95	18,20%	13,57	6	14	14,74%	12,7%	2,3
Profª. Dra. Maria da Graça S. Dias	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0,0%	0,0
Profª. Dra. Maria Del Carmen Cortizo	4	6,15%	9	1,72%	2,25	1	1	11,11%	0,9%	1,0
Profª. Dra. Maria Ester Menegasso	2	3,08%	30	5,75%	15	0	0	0,00%	0,0%	0,0
Profª. Dra. Marli Palma Souza	8	12,31%	70	13,41%	8,75	2	5	7,14%	4,5%	2,5
Profª. Dra. Myriam R. Mitjavila	5	7,69%	34	6,51%	6,80	2	10	29,41%	9,1%	5,0
Prof. Dr. Raúl Burgos	2	3,08%	2	0,38%	1	0	0	0,00%	0,0%	0,0
Profª. Dra. Regina C. T. Miotto	11	16,92%	85	16,28%	7,73	6	23	27,06%	20,9%	3,8
Profª. Dra. Rosana de C. M. Freitas	1	1,54%	7	1,34%	7	1	2	28,57%	1,8%	2,0
Profª. Dra. Teresa K. Lisboa	7	10,77%	32	6,13%	4,57	2	2	6,25%	1,8%	1,0
Profª. Dra. Vera Maria R. Nogueira	4	6,15%	64	12,26%	16	4	10	15,63%	9,1%	2,5
Profª. Dra. Vera Maria R. Nogueira;Co-Orientad	1	1,54%	2	0,38%	2	0	0	0,00%	0,0%	0,0
Profª. Dra. Célia R. Vendramini										
Totais	65		522		8,03	29	110			3,79

Fonte: Gilberto J Toledo Jr. Pesquisa exploratória, na Plataforma Lattes, para levantamento de dados sobre a produção intelectual dos discentes do Mestrado em Serviço Social da UFSC, 2012.

A docente que mais orientou no programa, Prof^a. Dra. Regina Célia Tamaso Miotto (13 discentes), teve 11 discentes com publicações, porém, na média de publicações por discente é a quinta colocada. Em média de publicações em co-autoria, a professora apresenta a quarta posição, com 3,8 publicações por discente, mas o volume em relação ao total da produção em co-autoria do programa é a segunda colocada, com 20,9% do total publicado, demonstrando uma boa distribuição desta publicação.

Ao levantarmos a publicação de livros, capítulos de livros e artigos em periódicos, a pesquisa nos mostra que apenas 15 discentes (16,13 %) publicaram em co-autoria com seus orientadores. E na publicação em eventos foram 24 discentes (25,81%) que publicaram em co-autoria com seus orientadores.

É importante salientar que se cruzarmos estes dois grupos, “publicação de livros, capítulos de livros e artigos”, e “publicação em eventos”, teremos apenas 29 discentes que publicaram em conjunto. Evidencia-se, então, que a concentração na produção em co-autoria é muito grande, 59,09% da produção com o orientador (65 publicações) está ligada aos 12 discentes que mais produziram no programa, e 27, 3% está ligada a um só docente em conjunto com apenas 2 discentes. Três docentes concentram, juntos, 60,9% de toda produção em co-autoria discente / docente do programa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“esta universidade com todos os problemas que tem é uma escola de cidadania, ela inquieta, ela agita, ela subverte, ela faz germinar”
(Netto, 2000)

A produção do conhecimento só pode ser compreendida se analisada a partir do seu lócus de produção, a sociedade, e a partir da contextualização de sua produção e reprodução. Desde a criação da pós-graduação brasileira, ela está atrelada aos interesses da burguesia, ao próprio capitalismo. Com o passar do tempo, com a reestruturação produtiva, com as respostas que o capital dá às suas crises, é também reestruturado o sistema de ensino, agora chamado a não apenas formar profissionais que atendam as necessidades de acumulação, mas para ser ela própria geradora de lucros através da mercantilização das relações de aprendizagem e da super exploração da sua massa intelectual a produzir ciência aplicável diretamente ao desenvolvimento econômico. Neste contexto a produção do conhecimento em Serviço Social vem avançando e contribuindo para a formação profissional e para o desenvolvimento de subsídios teóricos aos assistentes sociais, e para consolidação das Ciências Sociais no Brasil, tencionando o sistema e expondo suas contradições, apesar de não ser um movimento hegemônico, nem linear, como levantam Silva e Silva, e Carvalho (2007).

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina tem desempenhando um papel importante na produção do conhecimento para a área.

No período analisado (2001 a 2010), foram 93 dissertações apresentadas a um tempo médio de 30,2 meses cada uma, divididas em duas linhas de pesquisa: “Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais”, com 55 trabalhos; e “Serviço Social, Exclusão e Cidadania”, com 38 trabalhos. 32,3% (30 alunos) dispuseram de bolsa por, pelo menos, uma fração do tempo de estudo, contribuindo para a diminuição do tempo médio de conclusão do mestrado, já que os discentes bolsistas levam em média 26,1 meses para a titulação. As orientações foram divididas entre 16 docentes, sendo que, uma orientação foi dividida entre dois profissionais, totalizando 17 orientadores diferentes no período.

Dos 93 discentes, 65 (75,58%) produziram 522 publicações divididas em 88 artigos, 228 trabalhos completos em anais de congressos, 167 resumos em anais de congressos, 7 livros completos, e 32 capítulos de livros. Esta produção intelectual é considerável, apesar de apresentar concentração de publicações em alguns discentes, característica que se reproduz também na produção das 110 publicações em co-autoria discente/docente, onde 12 discentes

detém 59,09% da produção nesta modalidade, e 27,3% está ligada a apenas um docente em conjunto com 2 discentes. Fato que influencia negativamente a avaliação do programa.

Assim como o restante dos cursos da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, o Serviço Social vem sofrendo com a política de favorecimento a mercantilização do ensino, focada no produtivismo; um produtivismo que pretende responder diretamente as exigências dos interesses financeiros do mercado global, sem levar em conta as diferenças entre as áreas e, principalmente, reduzindo o potencial crítico e reflexivo das ciências humanas e sociais aplicadas, apoiado em um sistema, conforme Fonseca (2001) ao citar Strathern, onde “a balança pesa para o lado não necessariamente de quem mais trabalha, mas sim, de quem produz *provas* de seu trabalho”, onde a *performance* que conta é aquela que melhor atende aos critérios da avaliação. Como alerta Narvai,

parece que se consolidou, uma concepção da avaliação dos PPG cujo “norte avaliativo” é, em nome da “internacionalização da ciência brasileira”, uma exagerada preocupação em aproximar a produção dos programas com o que se produz internacionalmente. O “norte avaliativo” se transformou, assim, em “norte” literal” (quer dizer, o hemisfério norte, como referência do que se deve fazer no sul...). (Narvai, 2009, p.3)

Porém, o que percebemos é que estratégias estão sendo desenvolvidas, tensionamentos estão sendo feitos para garantir uma discussão e práticas voltadas a produção de conhecimento que valorizem o pensamento crítico e o próprio sentido da formação na pós-graduação.

Certamente muito ainda deve ser avançado, melhorado, como o aumento e desconcentração da produção intelectual entre discentes e docentes. Há que se estudar estas estratégias de enfrentamento, as condições degradantes que vem sofrendo o profissional docente e o discente na atual política da Pós-Graduação brasileira.

Surge uma questão chave: como não deixar se levar por este sistema produtivista, que privilegia a quantidade da produção em detrimento da qualidade?

Devemos investir mais esforço e intelecto para propor outras formas de avaliação, que possam ser mais qualitativas e menos quantitativas, que respeite o tempo necessário de cada indivíduo para o desenvolvimento e a produção do conhecimento em sua área. Neste sentido ousar tomar como minhas as palavras de Bollmann:

A avaliação deve estar referenciada numa determinada concepção de Universidade: patrimônio social que se caracteriza pela sua necessária dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência

cultural e científica da sociedade. Estratégica, portanto na construção da identidade social de interesse público. Uma universidade produtora de conhecimento inovador e crítico com respeito a diversidade e pluralismo, produtora do saber que deve se tornar acessível à sociedade, contribuindo na solução dos problemas e, consequentemente, na melhoria da qualidade de vida da maioria da população brasileira. (Bollmann, 2004, p.124)

Em tempos que a política de pós-graduação aponta para a interação com o setor empresarial, como indicativo de inserção do Programa na sociedade, devemos construir estratégias que atenuem a distância temporal entre a produção do conhecimento e sua apropriação verdadeiramente pública, seja através da publicação em periódicos ou eventos, seja através de novas estratégias a desenvolvermos como forma de enfrentamento.

Em tempo que o capital financeiro dita as regras, falamos apenas em melhorar o aproveitamento do capital conhecimento, para a superação da desigualdade da pobreza e da exploração, como se por si mesma, a ciência fosse capaz disto. Grande engano, pois a ciência é parte do sistema produtivo capitalista e reproduz na sua esfera as contradições e desigualdades da sociedade capitalista. A expressão disto é a própria política nacional de pós-graduação e sua estratégia de avaliação.

Nesta direção, retomo a necessidade de serem realizados estudos aprofundados sobre o que se produz no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para traçarmos estratégias de utilização deste valioso recurso de avaliação, porém, desvendando suas contradições.

REFERÊNCIAS

ANDES. **Manifesto a População. Brasília**, 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0Bzz4VZkjh1bsVUxKZzVJdXpxdjA/edit?pli=1>. Acesso em : 27 de julho de 2012.

_____. **95% das instituições federais em greve!!!!**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0Bzz4VZkjh1bsWUV6akJGSzdlR3c/edit?pli=1>. Acesso em : 27 de julho de 2012.

ABEPSS. **Desafios à Formação Profissional em tempos de crise mundial - a ABEPSS nas atividades comemorativas de 15 de maio de 2009**. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/15_maio.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2012.

CARVALHO, Denise Bontempo B.; SILVA e SILVA, Maria Ozanira (Orgs). **Serviço Social, Pós-Graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOLLMANN, Maria da Graça Nobrega. **Fórum Nacional sobre Avaliação Institucional nos Cursos de Serviço Social**. In: Temporalis2 Ed. Ano. 2 nº4 (Jul/Dez. 2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área/ Avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Representação de Área/ Serviço Social**. Brasília, 2009.

_____. **Critérios de Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Representação de Área/ Serviço Social**. Brasília, 2007.

_____. **Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Representação de Área/ Serviço Social**. Brasília, 2010.

_____. **Ficha de Avaliação do Programa do trienal 2010**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?codigoPrograma=41001010047P6>. Acesso em junho de 2012.

_____. **Síntese/Relatório da avaliação de 2010**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/AvaliacaoTrienalServlet?codigoPrograma=41001010047P6>. Brasília, 2010. Acesso em: 15 de junho de 2012.

_____. **História e Missão**. Disponível em : <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

_____. **Mestrados/Doutorados Reconhecidos**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisar>

Area&codigoGrandeArea=60000007&descricaoGrandeArea=CI%CANCIAS
+SOCIAIS+APLICADAS+ . Acesso em: 10 de junho de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 set. 2010.

_____. **Decreto Nº 6.096, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. V Plano Nacional de Pós-Graduação. Vol. I . Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília, 2010.

_____. **V Plano Nacional de Pós-Graduação. Vol. II .** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília, 2010.

_____. **IV Plano Nacional de Pós-Graduação.** Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília, 2004.

_____. **III Plano Nacional de Pós-Graduação.** Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília, 1985.

_____. **II Plano Nacional de Pós-Graduação.** Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília, 1981.

_____. **I Plano Nacional de Pós-Graduação.** Brasília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília, 1974.

_____. **Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu?** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=127:educacao-superior&id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu&option=com_content&view=article. Acesso em: 20 de junho de 2012.

_____. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano.** Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14950:8o-seminario-reuni-27-a-29-de-janeiro-de-2010-universidades-federais-consolidacao-e-expansao-2011-2020-subsidios-para-o-plano-nacional-de-educacao&catid=219&Itemid=86. Acesso em: 20 de junho de 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Sobre a plataforma Lattes. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/portal-lattes/sobre-a>

plataforma;jsessionid=D7A7F612EC08722724C07306D8BFFFCE. Acesso em: 20 de maio de 2012.

Brasil. Universidade Federal de Santa Catarina. **Resolução Normativa Nº. 015/CUn/07, de 18 de outubro de 2007.** Disponível em: <http://procuradoriafederal.ufsc.br/files/2012/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Bolsa-Permanencia.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2012.

Brasil. **Decreto nº 19.851/1931. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1931.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em : 05 de junho de 2012.

_____. **Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946-** Estatuto da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1946.

CARDOSO, Franci Gomes. **A Pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios.** In: Cadernos ABESS nº8. Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. São Paulo –sp. Cortez. 1998.

FONSECA, Cláudia. **Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo.** Horizontes antropológicos. v.7 n.16 Porto Alegre dez. 2001

Gerber, Luiza Maria Lorenzini. **O Cenário Catarinense na Década de 1950 e a Criação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina.** In: Serviço Social em Revista: edição comemorativa: 2008: 50 anos do Curso de Serviço Social UFSC. Florianópolis, SC: UFSC, Curso de Serviço Social, 2009.

GUERRA, Yolanda D. **A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado.** In: Temporalis, ano 11, n.22, jul./dez. Brasília (DF), 2011.

GUTERRES, Clovis R.J. **A Faculdade Interamericana de Educação.** Cadernos de Educação Especial / Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação / Departamento de Educação Especial / Laboratório de Pesquisa e Documentação - LAPEDOC - . Vol. 1 (2002) - Nº 19. 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1998.

KAMEYAMA, Nabuco. **A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997).** In: Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social; Cadernos ABESS nº8. São Paulo: Cortez,, 1998.

KATÁLYSIS. **Missão.** Disponível em: <http://www.katalysis.ufsc.br/conteudo.php>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

_____. **Indexações da Revista.** Disponível em: <http://www.katalysis.ufsc.br/conteudo.php?&sys=bd&id=3>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre.** Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** v. I. Livro Primeiro: "O Processo de Produção do Capital". Tomo 2. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

NARVAI, Paulo Capel. **Pós-Graduação, sistema Qualis e futebol.** Revista Adusp. Outubro 2009. Disponível em: http://www.adusp.org.br/files/revistas/45/r45_a08.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2012.

CFE. **Parecer nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965.** Revista Brasileira de Educação nº.30. Rio de Janeiro, 2005.

PPGSS/UFSC. **Área de Concentração e Linhas.** Disponível em: <http://ppgss.ufsc.br/area-de-concentracao-e-linhas-2/>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

_____. **Regimento Interno.** Disponível em: <http://www.pgss.cse.ufsc.br/Regimento%20interno%20vigente.doc>. Acesso em: 26 de julho de 2012.

NETTO, José Paulo. **Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior.** In: Reforma do Ensino Superior e Serviço Social; Temporalis, ano 1, nº1(jan./jun. de 2000). Brasília: Valci, 2000.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis** -2ª ed. – Buenos Aires: Expressão Popular, Brasil, 2011.

SANTOS, Cássio Miranda dos. **Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil.** In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003.

SARMENTO. Hélder B. M. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.** In: Serviço Social em Revista:edição comemorativa: 2008: 50anos do Curso de Serviço Social UFSC. Florianópolis, SC: UFSC, Curso de Serviço Social, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. **A pós-graduação e a produção de conhecimento no serviço social brasileiro.** Revista brasileira de pós-graduação, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez. 2007. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.4_8dez2007/_Estudos_artigo1_n8.pdf>. Acesso em: 22 dezembro de 2010.

WANDERLEY. Luiz Eduardo. **Conjuntura, a Universidade e o Profissional.** In: Caderno ABESS Nº 1, São Paulo: Cortez,1993.